

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

AMANDA POTON CAVATI DE SIQUEIRA

Uma Análise Crítica da Teoria de Estados Falidos

RIO DE JANEIRO

2019

AMANDA POTON CAVATI DE SIQUEIRA

Uma Análise Crítica da Teoria de Estados Falidos

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Doutor Fabricio Pereira da Silva.

RIO DE JANEIRO

2019

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

S619 Siqueira, Amanda Poton Cavati de
Uma Análise Crítica da Teoria de Estados Falidos
/ Amanda Poton Cavati de Siqueira. -- Rio de
Janeiro, 2019.
74 f

Orientador: Fabrício Pereira da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política, 2019.

1. Estado Falido. 2. Estado. 3. Hegemonia. 4.
Teoria da Dependência. I. Silva, Fabrício Pereira
da, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa uma fase importante de minha carreira acadêmica. No entanto, é importante reconhecer que não só a realização dele, como a do meu mestrado não teriam sido possíveis sem a participação de pessoas determinantes. Desta forma, deixo registrado aqui meus agradecimentos a todos aqueles que tornaram isso possível.

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe, Maria Celeste, que esteve presente em todas as fases de realização do curso e da dissertação, que passou por momentos de tensão comigo todas as vezes que um prazo se aproximava e eu achava que não conseguiria cumprilo, que também passou por momentos de alívio sempre que os trabalhos eram entregues. Ao meu pai, Redi Silva de Siqueira, que foi o primeiro incentivador para a realização desse mestrado e sempre apoiou meu crescimento intelectual.

Principalmente, ao meu orientador, Doutor Fabrício Pereira da Silva, que me acompanha desde a graduação, sem nunca perder a paciência e sempre me guiando, mesmo quando eu não sabia para onde estava indo. Sem ele, certamente este trabalho não seria o mesmo.

Aos membros da banca examinadora, Guilherme Simões Reis e Flávia Braga Vieira, por todas as valiosas sugestões e críticas realizadas na qualificação e, antecipadamente, por todas que serão feitas na defesa desta dissertação.

Aos meus tios e padrinhos, Ana Lúcia e Pedro Roberto, que sempre me trataram como filha, me apoiaram em todas as decisões e estiveram presentes em todos os momentos importantes, não só deste mestrado, como de minha vida.

A João Pedro Zambelli, que está comigo desde a graduação e que foi, possivelmente, a pessoa com quem mais desabafei e que ouviu pacientemente, que sempre me incentivou a continuar e garantiu momentos muito bem vindos de distração. A Neyde Zambelli, que sempre me tratou com carinho desde que nos conhecemos, e sempre se interessou pelo meu progresso neste curso.

Aos amigos adquiridos neste mestrado, Mariana Bueno, Lorraine Araújo, Gustavo Amaral, Nathalia Lopes e Beatriz de Mello. Pessoas que compreendiam como ninguém cada

um dos momentos críticos, que me ouviram falar da mesma coisa inúmeras vezes, sem nunca perder a paciência, e principalmente, proporcionaram momentos de distração muito necessários. Nosso pequeno grupo serviu muitas vezes de terapia e trouxe momentos de clareza indispensáveis para esta dissertação.

A todos os membros do corpo administrativo da UNIRIO e do PPGCP, pessoas que proporcionaram a estrutura da qual usufrui não só durante a graduação, mas durante todo o mestrado.

Obrigada a todos; se consegui chegar até este momento, foi graças à contribuição de vocês.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. ESTADOS FALIDOS	18
1.1 Definindo Estados Falidos	19
1.2 Os Índices	24
2. TEORIA DO ESTADO	31
2.1 O Estado a partir do Centro	31
2.2 A Crítica do Centro ao Estado	43
3. TEORIA DA DEPENDÊNCIA	48
CONCLUSÃO	60
BIBLIOGRAFIA	68

RESUMO: O conceito de Estado hegemônico possui uma trajetória e definição específica, tendo como modelo ideal o Estado-Nação liberal. Contudo, esta definição é baseada na vivência europeia, ignorando as histórias da periferia. Os territórios que não se encaixam no padrão são apontados como falidos. Todavia, essa determinação é feita pelo centro e atende a interesses próprios. Desta forma, este trabalho busca realizar uma análise crítica do conceito eurocêntrico de Estado e da teoria de estados falidos, buscando apontar outras teorias que poderiam se adequar melhor à realidade periférica, como a da dependência, para isso serão mobilizados autores como Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos.

Palavras-chave: Estado; Eurocentrismo; Teoria da Dependência

RESUMEN: El concepto de Estado hegemónico posee una trayectoria y definición específica, teniendo como modelo ideal el Estado-Nación liberal. Sin embargo, esta definición se basa en la vivencia europea, ignorando las historias de la periferia. Los territorios que no encajan en el patrón son señalados como fallidos. Sin embargo, esta determinación es hecha por el centro y atiende a intereses propios. De esta forma, este trabajo busca realizar un análisis crítico del concepto eurocéntrico de Estado y de la teoría de estados fallidos, buscando apuntar otras teorías que podrían adecuarse mejor a la realidad periférica, como la de la dependencia, para esto se movilizarán autores como Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini y Theotônio dos Santos.

Palabras clave: Estado; Eurocentrismo; Teoria de la Dependencia

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar de forma crítica a teoria de Estados Falidos, retornando ao conceito no qual ela se embasa, ou seja, o conceito de Estado. O argumento é de que a teoria de Estados Falidos pode ser questionada na medida em que os Estados conseguem tomar formas diferentes na periferia, para além do Estado hegemônico. Deste modo, outras teorias podem contribuir para explicar as realidades e o funcionamento do Sul global.

Certamente a crítica à teoria de Estados Falidos, bem como o questionamento do próprio Estado não são temas novos. Em Relações Internacionais, diversos trabalhos já foram escritos sobre o tema¹.

Gutiérrez Sanín (2011) questiona a possibilidade de se utilizar os índices, pois eles apresentam diversos problemas. Entre eles estão: os termos, falido, colapsado, fraco, entre outros, não são de fácil compreensão geral; a definição de conceito é geralmente realizada por prototipação, que consiste em identificar casos existentes e extrair suas características em comum. Isto traz alguns empecilhos, como o fato de que os diferentes países podem aparentar pertencer à mesma categoria, e a possibilidade de existir mais de um protótipo para o mesmo caso. Ademais, este processo de definição traz uma falta de historicidade, além de tratar as distintas dimensões da definição como se fossem independentes, não sendo capazes de perceber as possíveis interações entre elas.

Outros problemas encontrados nos índices consistem em: expressões utilizadas na codificação não permitirem objetividade ou precisão, pois os conceitos são obscuros e ambíguos; os mesmos dados nem sempre estão disponíveis em todos os países; e são capazes fornecer informações válidas somente para casos extremos; entre diversos outros problemas (SANÍN, 2011).

Enquanto isso, Chapaux (2009) se preocupa no modo como o conceito de Estados falidos é mobilizado, baseando-se no caso de intervenção no Iraque e no discurso empregado na Bolívia, após o fortalecimento da plataforma de Evo Morales. Segundo o autor, esta teoria

¹ Trabalhos como o de Francisco Gutierrez Sanín (2010) (Evaluating State Performance: A Critical View of State Failure and Fragility Indexes) e Vincent Chapaux (2009) (Imposición de un Modelo Universal del Estado Exitoso? Estudio de la noción de Estado Fallido), entre muitos outros, se preocuparam em criticar a teoria de Estados Falidos.

é utilizada de duas formas principais. A primeira, é para impor um determinado modelo de governo. No entanto, nem sempre ela é bem sucedida, quando encontra uma forte resistência local, como no caso da Bolívia.

A segunda forma de mobilização é para legitimar algum tipo de intervenção, como ocorreu no Iraque em 2003. Desta forma, o Estado Falido é apresentado como uma ameaça ao país interventor, ou como necessitado de salvação por parte de territórios mais capazes (CHAPAUX, 2009).

No entanto, apesar do Estado ser um conceito de extrema importância e objeto de constante discussão na Ciência Política, o tema de Estados Falidos costuma ser deixado de lado por ela. Além disso, a despeito da extensa discussão realizada até o momento, o problema permanece, não havendo mudança significativa no *status quo*. Por este motivo, faz-se necessário que haja continuidade do debate. Neste sentido, o trabalho busca acrescentar a essa literatura de crítica, na expectativa também de contribuir para pesquisas futuras.

Em 2001, os Estados Falidos começaram a atrair mais atenção como ameaças ao sistema internacional, devido ao atentado às Torres Gêmeas (GOMES, 2011; CARVALHO, 2007). Estes Estados são “incapazes ou não teriam vontade para cumprir a sua parte no que Hobbes chamou de o contrato social, mas que agora abrange mais do que manter a paz entre as facções e os interesses da sociedade” (GROS, 1996).

Ademais, não conseguem conservar requisitos básicos para a existência de sua sociedade (JACKSON, 1998) ou não observam sua função básica de conceder bens políticos para a sua população, possivelmente abrindo mão dessa responsabilidade para senhores de guerra ou facções (ROTBERG, 2002). Nesses locais há uma ausência de segurança, emergem conflitos internos, as autoridades não são mais capazes de gerir as fronteiras, surge o embate entre diferentes grupos da sociedade e as forças policiais não podem mais operar. Como resultado, os indivíduos da sociedade começam a buscar proteção em atores não estatais (ROTBERG, 2002). Logo, o Estado passa então a não deter mais o monopólio da violência legítima estabelecido por Weber, que será tratado no próximo capítulo (1918).

Os Estados em que autoridades governamentais não conseguem atender à população, por qualquer motivo, seja por não serem capazes, ou, visarem somente o próprio interesse, fazem com que ela perca a confiança no governo e, como resultado, ele perde sua legitimidade (ROTBERG, 2002). Nesses locais nota-se um declínio infraestrutural, os setores

educacional e de saúde são esquecidos; há um aumento elevado no nível de doenças e mortalidade; a oferta de empregos é extremamente escassa; a corrupção domina todo o Estado; e a burocracia praticamente deixa de existir ou perde completamente sua eficácia (ROTBURG, 2002).

Todavia, a literatura concorda que existem diferentes níveis intermediários entre um Estado “saudável” e um Estado “Falido”. Gros (1996) estabelece cinco classificações: o Estado anárquico, o fantasma, o anêmico, o capturado, e o falido *in vitro*. Na primeira categoria não há autoridade central, grupos armados entram em conflito, buscando controlar o aparato estatal ou até mesmo sem objetivo nenhum. Em Estados fantasmas o governo ainda é capaz de desempenhar sua função em algumas áreas. Em relação à terceira categoria, há dois modos de os Estados se tornarem anêmicos, facções insurgentes tentam tomar o poder; ou suas organizações não conseguem atender as exigências de uma população moderna. Já os Estados capturados são caracterizados por um governo forte, mas dominado por uma elite que não outorga benefícios a outros grupos. Finalmente, a classe dos falidos *in vitro* é composta por locais que são mal sucedidos antes mesmo de se tornarem Estados (GROS, 1996).

Já Rotberg (2003) indica três categorias de Estado: fracos, falidos e colapsados. Na primeira classe, a hostilidade entre distintos grupos da sociedade ainda não chegou em sua fase violenta e o Estado consegue operar de maneira satisfatória em certas áreas, mas a capacidade de fornecer bens políticos é baixa. Ao passo que a eficácia estatal diminui, o cenário se agrava, Estados fracos começam a se tornar tirânicos, a população se opõe e rebeldes despertam, e o Estado passa para o estágio de Estado falido.

Neste segundo caso, diferentes grupos entram em confronto entre si e com o governo, há uma grande fase de violência, sem expectativa de fim. O Estado não consegue mais administrar suas fronteiras e suas instituições não possuem mais autoridade. Ocorre um enorme declínio infraestrutural, as únicas oportunidades de crescimento econômico estão nas mãos daqueles mais próximos ao governante. A parcela menos abastada da população começa a passar fome, há uma grande redução na oferta de emprego, o produto interno bruto entra em queda livre e o governo perde sua legitimidade (ROTBURG, 2003).

A última categoria é o pior estágio. Os Estados colapsados carecem de autoridade governamental e a única e limitada fonte de bens políticos são os atores privados, deixando a população à sua mercê. Na maioria das vezes os atores não estatais tomam o controle

determinadas regiões, de modo a construir uma forma de “cidade”, dotada de mecanismos de segurança e sistemas troca, entre outras “instituições”, mas com a violência ainda dominando estes locais (ROTBERG, 2003).

Atualmente, existem diversos índices que medem e classificam os Estados de acordo com a sua fragilidade, contudo, para o interesse deste trabalho, será utilizado o *Fragile State Index* do *Fund for Peace*² (FFP), pela facilidade no acesso de dados e pela atualização anual do índice. Este índice classifica os países em 12 categorias: muito sustentável, sustentável, muito estável, mais estável, estável, em aviso, aviso elevado, alto aviso, alerta, alto alerta e alerta muito alto (FRAGILE STATES INDEX, 2018).

Para chegar ao ranking, o *Fund for Peace* utiliza doze indicadores, divididos entre sociais, econômicos, políticos e de coesão. Os sociais consistem em: pressões demográficas; intervenção externa; e refugiados e deslocamento interno de pessoas. Os econômicos englobam desenvolvimento econômico desigual; declínio econômico; e fuga de pessoas e cérebros. Os indicadores políticos dizem respeito à legitimidade do Estado; serviços públicos; supremacia das leis e direitos humanos. Por último, os de coesão se referem ao aparelho de segurança; faccionalização das elites; e insatisfação coletiva³ (FRAGILE STATES INDEX, 2018).

De acordo com este índice, apenas quatro países no mundo se encontram na categoria mais elevada (muito sustentável), todos na Europa. Dos 20 países da América Latina, 15 se encontram em situação de aviso ou pior⁴, apenas um (Uruguai) é considerado muito estável e quatro (Chile, Costa Rica, Argentina e Panamá) são mais estáveis. Todos os Estados nas duas

² O *Fund for Peace* é uma *think-tank* criada durante a Guerra Fria (em 1957), visando combater a proliferação nuclear. Desta forma, o *Fund for Peace* possuía um objetivo filantrópico e abrangia diversas organizações, que também estavam dispostas a combater a expansão nuclear. Com o fim da Guerra Fria e o passar dos anos, os desafios globais se alteraram e o FFP mudou seus objetivos. Atualmente, o FFP busca compreender e analisar a fragilidade estatal, conflitos violentos, direitos humanos e segurança. Além disso, o Fund for Peace realiza parcerias com diversos órgãos do governo, agências de segurança e organizações multilaterais (FUND FOR PEACE, 2018, disponível em: <http://fundforpeace.org/global/who-we-are/>).

³ No original: 1) Cohesion – indicators: Security Apparatus; Factionalized Elites; Group Grievance
2) Economic – indicators: Economic Decline; Uneven Economic Development; Human Flight and Brain Drain
3) Political – indicators: State Legitimacy; Public Services; Human Rights and Rule of Law
4) Social – indicators: Demographic Pressures; Refugees and Internally Displaced Persons; External Intervention (FRAGILE STATES INDEX 2018, disponível em: <http://fundforpeace.org/fsi/indicators/x1/>).

⁴ Classificação dos países, pela ordem que aparecem no índice: **Em aviso:** Cuba, Brasil, República Dominicana, Paraguai. **Aviso Elevado:** Peru, El Salvador, México, Equador, Bolívia, Nicarágua, Colômbia, Honduras. **Alto Aviso:** Guatemala, Venezuela. **Alto Alerta:** Haiti.

categorias mais elevadas (Muito Sustentável e Sustentável) são do Norte global⁵ (FRAGILE STATES INDEX, 2018).

No entanto, é possível notar que a teoria de Estados Falidos estabelece o que não está funcionando em um Estado. A afirmação de que um Estado não está funcionando ou de que perdeu as características que o definem, está diretamente relacionada ao que se entende por Estado. Por este motivo, é preciso dar um passo atrás e avaliar o próprio conceito de Estado e seu desenvolvimento.

Sem duvida, a determinação de Estado surgiu na Europa Ocidental:

“O sistema de Estados que predomina atualmente em quase toda a terra tomou forma na Europa após 990 D.C.; depois, cinco séculos mais tarde, começou a estender seu controle a regiões distantes fora do continente. Acabaram absorvendo, eclipsando, ou eliminando todos os seus concorrentes, inclusive os sistemas de estados centralizados que então existiam na China, na Índia, na Pérsia e na Turquia.”
(TILLY, 1996. p. 49)

Para Max Weber (1918), o Estado é uma organização que monopoliza o uso da violência legítima, de forma que demais entidades só podem fazer uso da força quando autorizadas. Além disso, sua constituição é formada por uma burocracia sem personalidade e altamente especializada.

Na visão de Michel Mann (1984) o Estado é um corpo de instituições; centralização; relações políticas surgindo de um centro determinado, cobrindo todo o território; e monopólio no estabelecimento de leis. Na percepção do autor, qualquer sociedade civilizada possui um centro de onde saem suas regras, sendo ele o Estado. Além disso, a existência do Estado é o que garante que uma ordem seja mantida.

⁵ Classificação dos países pela ordem em que aparecem no índice: **Muito sustentável:** Finlândia, Noruega, Suíça, Dinamarca. **Sustentável:** Islândia, Irlanda, Austrália, Luxemburgo, Suécia, Nova Zelândia, Canadá, Alemanha, Áustria, Holanda, Portugal, Bélgica.

Já Theda Skocpol busca afastar-se de ideias que estabeleçam o Estado como um ator não autônomo e que estava fundamentado no comportamento da sociedade civil (FERNANDES, 2002). Portanto, a autora considera os Estados como:

“...organizações que reivindicam o controle de territórios e pessoas, podem formular e perseguir objetivos que não sejam simples reflexo das demandas ou dos interesses de grupos ou classes sociais da sociedade”⁶ (SKOCPOL, 2007. p.174, em tradução nossa).

Deste modo, o Estado pode ser visto como um ator autônomo, que consegue tomar decisões com alguma independência da sociedade civil. Skocpol justifica a autossuficiência estatal através das “orientações extranacionais dos Estados, os desafios que podem enfrentar para manter a ordem interna e os recursos organizativos aos quais podem recorrer e que os funcionários estatais podem deslocar”⁷ (SKOCPOL, 2007 p.175, em tradução nossa).

Peter Evans também trata o Estado como um elemento central e acredita que esta instituição é capaz de possibilitar o desempenho das diversas instituições da sociedade, além disso, Evans considera que o conjunto de funções estatais é bastante amplo, incluindo, fazer guerras e manter a ordem interna, além de impulsionar o desenvolvimento econômico e garantir o bem-estar social. O autor vai mais além, afirmando que o Estado é o grande responsável por resolver impasses da coletividade. (EVANS, 1995).

Ademais, faz parte das funções estatais prover os serviços de necessidade básica e indispensáveis para uma vida digna. Todavia, o ator estabelece que certamente o Estado não consegue atender à todas as necessidades da sociedade, contudo, ele ainda é considerado um componente essencial e uma tentativa de desestabilizá-lo pode ter implicações devastadoras (EVANS, 1995).

⁶ No original: “...organizaciones que reivindican el control de territorios y personas, pueden formular y perseguir objetivos que no sean un simple reflejo de las demandas o los intereses de grupos o clases sociales de la sociedad” (SKOCPOL, 2007. p.174).

⁷ No original “Las orientaciones extranacionales de los Estados, los desafíos a los que pueden hacer frente para mantener el orden interno y los recursos organizativos a los que pueden recurrir y que pueden desplazar los colectivos de funcionarios estatales” (SKOCPOL, 2007 p.175).

O Estado essencialmente deve providenciar os serviços de necessidade básica e indispensáveis para uma vida digna. Apesar disso, o ator estabelece que com toda a certeza o Estado não é capaz de prover todas as necessidades da sociedade. Todavia, ele ainda se faz primordial e qualquer tentativa de desestabilizá-lo pode ter consequências catastróficas. (EVANS, 1995).

Além disso, atualmente, há uma concepção de Estado comumente aceita e disseminada. A sociedade liberal industrial se apresenta como a única possível (LANDER, 2000). Dá-se então uma concepção de Estado-Nação liberal. Este Estado possui um território delimitado, uma constituição institucional Weberiana, concentrada e especializada em manter a ordem, e uma Nação (GELLNER, 2001).

A nação pode ser considerada como o grupo de indivíduos que partilham da mesma cultura, ou seja, um sistema de comunicação, de significados e normas de conduta, entre outros. Além disso, estas pessoas devem assumir os direitos e deveres ligados à sua qualidade de membros. Eles precisam se identificar mutuamente como integrantes da mesma nação (GELLNER, 2001).

Ao tratar da força estatal, o autor Barry Buzan (1983) estabelece cinco elementos fundamentais para que um Estado possa ser considerado como tal: a ideia de Estado, suas instituições, sua base física, seu tamanho e sua soberania. No entanto, apenas os três primeiros fatores são importantes no que tange a força do Estado. O primeiro componente, a ideia do Estado, é o fator mais importante, pois o desempenho eficaz de todas as outras áreas depende dela e, além disso, faz com que os cidadãos estejam subordinados à autoridade do Estado. Ela é uma visão do que é o Estado, a maneira como deve estar sistematizado, suas atribuições e o que traz o sentimento de pertencimento a região. Desta forma, a ideia de Estado precisa estar fortemente enraizada e ser dividida entre a sociedade, para que não se extinga (BUZAN, 1983).

No que diz respeito ao segundo fator, as instituições do Estado tratam de todo o aparato institucional, o sistema jurídico, legislativo, o executivo, entre outros. A ideia de Estado e suas instituições estão conectadas, pois a primeira é o que dota as instituições de legitimidade, e, por sua vez, as instituições colocam em prática as ideias. Quando o aparato institucional é estável, é porque tem o apoio dos cidadãos, ao mesmo tempo em que se baseia

em ideias disseminadas pela população, como consequência, ele perdura por um longo período de tempo (BUZAN, 1983).

Em relação ao terceiro e último elemento, a Base física refere-se a um território delimitado, às riquezas que nele existentes e seus cidadãos. Este é um aspecto altamente variável, pois pode ser alterado com conquista ou perda de regiões, mesmo que atualmente esta hipótese seja menos provável, ou devido a movimentos separatistas. (BUZAN, 1983).

No entanto, é preciso levar em consideração que as sociedades que se formam na periferia são altamente influenciadas pelo centro. Isso ocorre, pois as estruturas periféricas, principalmente na América Latina foram construídas com base nas necessidades do grande capital internacional. Nesse sentido, teóricos da dependência buscaram compreender e explicar este fenômeno.

Para Theotônio dos Santos (1970), a dependência é um evento no qual o desenvolvimento da economia de certos países está diretamente relacionado e submetido à expansão da economia de outro território mais desenvolvido. Sendo assim, na visão do autor, o “atraso” da periferia se dá devido à integração desta região ao capitalismo mundial e a maneira como esta integração ocorreu, de forma extremamente desigual.

Historicamente, a periferia passou por diversas formas de dependência, desde a colonial, passando pela industrial financeira e chegando a industrial tecnológica. Porém, a integração da América Latina no sistema mundial sempre se deu através de uma relação comercial monopolística, buscando atender o mercado externo e com uma limitação do mercado interno (SANTOS, 1970).

Nos anos 30, o mundo enfrenta uma grave crise econômica, possibilitando que os países latinos iniciassem seu processo de industrialização, que se baseou em uma política de substituição de importações. Apesar de não ter conseguido atingir a independência neste momento, as indústrias que ali foram estabelecidas serviram como alicerce para o investimento do capital internacional, quando a crise chega ao fim (SANTOS, 1998).

Desta forma, este capital foi capaz de controlar e direcionar a industrialização latina, o que contribuiu para o processo de dependência. Isto fez com que as indústrias se desenvolvessem de acordo com as necessidades do capital estrangeiro. Além disso, impôs às

empresas locais padrões e estruturas que não condiziam com a realidade local (SANTOS, 1968).

Este desenvolvimento dependente tem algumas características principais: exclusão e desigualdade social; concentração de renda; déficit tecnológico, causado pelo baixo investimento em pesquisa e pela importação de conhecimento; déficit de emprego, pois a geração de empregos não consegue andar ao mesmo passo da industrialização; fuga de cérebros, como consequência do não investimento em pesquisa e da não oferta de empregos; e uma alta dívida interna, causada pelos juros da dívida externa (SANTOS, 1998).

Também para Ruy Mauro Marini (1971), a condição de subdesenvolvimento da América Latina se dá devido ao desenvolvimento do capitalismo mundial. As estruturas econômicas e sociais da região começam a se moldar no período colonial e evoluem sempre no contexto do sistema capitalista global. Desse modo, a relação econômica da periferia com o centro era a de exportar matérias primas e importar manufaturas e conhecimento.

Nesse sentido, a periferia tem um papel primordial para a industrialização dos grandes centros mundiais. Ela foi a responsável por fornecer os insumos agrícolas, que possibilitaram que as metrópoles se especializassem e se dedicassem às atividades industriais. Além disso, proveu as matérias primas necessárias para a fabricação de produtos (MARINI, 2008).

Assim, é possível perceber que a produção latina estava voltada completamente para o mercado externo. Conseqüentemente, ela não precisava se preocupar com a possibilidade de compra da população local. Logo, visando aumentar a produtividade e atender a demanda crescente de exportação, deu-se uma superexploração dos trabalhadores, que passavam mais tempo se dedicando a su atividade, sem aumento salarial (MARINI, 2008).

Além disso, as indústrias estabelecidas no período do início da industrialização apoiaram-se nas estruturas criadas pela economia preexistente de exportação, e em suas contradições. Isso fez com que o processo de industrialização fosse pautado por esta mesma economia de exportação e, conseqüentemente, pelo capital internacional (MARINI, 2008).

Outro ponto que contribui para a subordinação é o fato de que no Pós-Segunda Guerra Mundial, o capital internacional encontra-se em uma posição favorável e começa a investir nas indústrias periféricas. Além de aplicação de dinheiro, o centro vendia máquinas obsoletas para os países “subdesenvolvidos”, que eram utilizadas na produção local. Ademais, grandes

empresas multinacionais instalaram filiais na América Latina, trazendo as mesmas estruturas das matrizes, mas repatriando o capital investido (MARINI, 2008)

Assim, a divisão internacional do trabalho assume uma nova forma. Nela, partes mais simples do processo industrial são repassadas para os países periféricos, enquanto as áreas mais complexas e de maior conhecimento permanecem sob o controle do centro. Deste modo, é perceptível que o Norte global monopoliza o conhecimento (MARINI, 2008).

Vânia Bambirra situa-se na mesma linha dos outros dois teóricos. Também para a autora, o capitalismo latino americano é construído na conjuntura do desenvolvimento do sistema mundial. Desta forma, o desdobramento dos capitalismo estabelecidos na região está diretamente relacionado com a dinâmica do capitalismo nos países centrais (BAMBIRRA, 1999).

A inserção do capital internacional e o capitalismo dependente trazem algumas consequências para a região: os novos setores industriais passam a ser dominados por este capital; as empresas nacionais são sugadas por grandes empresas multinacionais, gerando a monopolização e centralização de economias locais; a desnacionalização da propriedade privada; a limitação do mercado interno, consequência do desenvolvimento industrial voltado para o mercado externo e urbano; e a contenção de salários e a superexploração do trabalho, realizadas na tentativa de solucionar o problema da incapacidade de expansão de mercado (BAMBIRRA, 1999).

Tendo em vista que a proposta do trabalho baseia-se em uma análise de teórica, a metodologia de pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica de autores e críticos da teoria de Estados Falidos, bem como importantes pensadores do Estado ocidental e da teoria da dependência.

Visando cumprir este objetivo, o trabalho será dividido em três capítulos, além da introdução e conclusão. O primeiro tratará da determinação de Estados Falidos e suas principais definições. O segundo será dedicado ao conceito de Estado e de seu desenvolvimento na América Latina e na Europa. Finalmente, o terceiro capítulo se debruçará sobre autores que possam melhor explicar a realidade latino americana, como Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, o que contribui para compreensão de que o modo como os países latinos se desenvolveram é altamente influenciado por sua relação com o Norte global.

1. ESTADOS FALIDOS

O conceito de Estado falido começou a ser cunhado após o fim da Guerra Fria, quando as guerras civis dos diversos países do mundo não mais podiam ser atribuídas à bipolaridade (Estados Unidos e União Soviética) que dividiu o globo durante tantos anos. Desta forma, havia uma ausência de conceitos capazes de explicar a nova situação na qual o mundo se encontrava (GOMES, 2012). Também se passou a discutir o dever ético de tentar solucionar os conflitos nesses locais, principalmente após o genocídio em Ruanda, em 1994⁸ e com os problemas humanitários no Timor Leste⁹ e em Kosovo¹⁰, em 1999 (MESSARI, 2004).

Desta forma, diversos analistas passaram a avaliar os conflitos intraestatais, buscando suas causas e possíveis soluções. Em *The State, War, and the State of War* Kalevi Holsti (1996) surgiu com o conceito de guerras de terceiro tipo, Mary Kaldor (1999) com novas guerras e Ramsbotham *et al* com conflitos assimétricos (2005) (MESSARI, 2004; GOMES, 2012). Finalmente, em 1993, Gerald Helman e Steven Ratner trouxeram o conceito de Estado Falido (GOMES, 2012).

No entanto, é a partir do ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, que o conceito de Estado Falido começa a chamar mais atenção, principalmente enquanto ameaça internacional (CARVALHO, 2007; GOMES, 2011). A partir do atentado tornou-se mais importante tentar entender os Estados falidos, devido aos problemas e riscos que eles apresentavam ao sistema global, bem como à população local (SILVA, 2012). Os Estados falidos foram considerados como possíveis ambientes para a emergência de atividades terroristas, de modo que a falência estatal se tornou um ponto chave na ameaça ao ocidente (NEWMAN, 2009).

⁸ Em 1994 o avião do então presidente hutu da Ruanda, Juvenal Habyarimana, caiu, ocasionando a sua morte. Extremistas hutus culpavam o grupo rebelde Frente Patriótica Ruandesa (RFP), de origem tutsi, dando início a uma campanha de assassinatos que culminou com o extermínio de milhares de tutsis (https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms).

⁹ No início de 1999 a Indonésia afirmou que consideraria uma possível independência da região do Timor Leste, desde que houvesse rejeição de autonomia. Movimentos antisseparatistas começaram uma onda de violência, ao mesmo tempo em que as guerrilhas voltaram a lutar pela independência. A ONU decide então realizar um referendo, com a grande maioria da população decidindo pela emancipação. Isto levou a uma situação extrema de violência, que deixou vários mortos e refugiados (<https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-14952883>).

¹⁰ Após a Guerra da Bósnia houve um conflito entre albaneses e sérvios, na província de Kosovo, com os kosovares de origem albanesa sendo fortemente perseguidos, levando a sua morte e expulsão do país. Após várias tentativas frustradas de selar um acordo de paz, em 1999 a OTAN resolve por atacar a Iugoslávia, que passou por um grande período de bombardeio (https://www.bbc.com/portuguese/static/especial/milosevic_yugoslavia/kosovo.htm).

Todavia, não há um consenso na literatura a respeito de um conceito unificado que caracterize um Estado falido ou do que causaria sua falência. Eriksen (2011) afirma que existem duas formas que a literatura utiliza para debater a falência estatal, a primeira trata o Estado como provedor de serviços, na qual autores como Robert Rotberg se encaixam, de modo que Estados falidos seriam aqueles que não conseguem realizar esta tarefa. Já a segunda trata da necessidade do Estado de monopolizar a violência e controlar suas fronteiras, possuindo uma abordagem mais Weberiana (ERIKSEN, 2011).

1.1 Definindo Estados Falidos

Como citado anteriormente, existem diferentes opiniões no que concerne à falência estatal, os autores possuem abordagens distintas ao analisar estes casos. A primeira visão trata os Estados falidos como aqueles que não possuem efetividade e legitimidade, levando à perda de incentivos das elites para aceitar a autoridade estatal. Nesse cenário, efetividade se refere à capacidade do Estado de cumprir com suas funções, como fornecer serviços sociais, prover crescimento econômico, garantir a segurança e fazer leis e políticas públicas. Já a legitimidade é a percepção que a população tem de que as ações do Estado são justas ou razoáveis (GOLDSTONE, 2008).

É possível que um Estado seja forte no que diz respeito à legitimidade, mas não consiga ser efetivo, ou careça de legitimidade, mas possua muita efetividade, ocasionando uma situação de extrema instabilidade. Pois, qualquer alteração negativa em um dos lados poderá levar ao colapso. Desta forma, somente ao possuir quantidades satisfatórias de ambas as características (legitimidade e efetividade), a estabilidade é possível. Logo, a falência estatal ocorre quando um país perde ao mesmo tempo sua estabilidade e legitimidade (GOLDSTONE, 2008).

Além disso, estas duas características chave estão relacionadas, de modo que uma baixa efetividade pode acabar corroendo a legitimidade e vice versa. Assim sendo, as análises de Estados Falidos precisam estar voltadas para o modo como esses dois elementos são construídos, mantidos e perdidos (GOLDSTONE, 2008).

Nesta linha de raciocínio Jack Goldstone estabelece cinco caminhos pelos quais a falência estatal pode ocorrer¹¹. O primeiro é o aumento dos conflitos entre diferentes grupos da sociedade; o segundo é quando o Estado se torna predatório; o terceiro se dá com o surgimento de rebeliões de guerrilhas; o quarto é o colapso democrático, que acarreta guerra civil; e o quinto diz respeito a crises de sucessão ou reforma em Estados autoritários (GOLDSTONE, 2008).

Já para Robert Jackson, Estados Falidos não conseguem garantir condições civis básicas para sua população, como segurança, paz e ordem interna, entre outros. Estes locais apresentam um perigo para sua própria população, sendo incapazes de salvaguardar sua segurança e se aproximando do estado de natureza hobbesiano. É importante salientar ainda que a falência estatal não é causada por fatores externos, mas se deve ao comportamento de seu governo e cidadãos (JACKSON, 1998).

Mais um ponto importante nessa visão é que a existência destes Estados se dá apenas na esfera legal, pois se encontram em uma situação doméstica tão anárquica, que as estruturas estatais se tornam praticamente inexistentes. Apesar de serem reconhecidos internacionalmente enquanto Estados, domesticamente, estas regiões não possuem instituições que garantam condições mínimas (JACKSON, 1998).

Outra visão possível é a de Robert Rotberg, para ele a falência ocorre quando os Estados:

“são consumidos pela violência interna e cessam a entrega de bens políticos positivos para seus habitantes. Seus governos perdem credibilidade e a natureza contínua do próprio Estado-Nação torna-se questionável e ilegítima nas mentes e corações de seus cidadãos”¹² (ROTBERG, 2004, p. 2 em tradução nossa).

¹¹ O autor afirma ainda que esses caminhos podem não ocorrer de forma separada, mas podem se combinar de diferentes modos.

¹² No original: “Nation-States fail when they are consumed by internal violence and cease delivering positive political goods to their inhabitants. Their governments lose credibility, and the continuing nature of the particular nation-state itself becomes questionable and illegitimate in the hearts and minds of its citizens” (ROTBERG, 2004, p2)

Além disso, há uma queda na segurança, surgem conflitos internos, as facções da sociedade se chocam e a polícia não consegue evitar os confrontos e nem reprimir a violência, o governo perde o controle da fronteira, sistemas de saúde e educação são esquecidos, a corrupção se apodera do sistema, a burocracia perde sua eficiência ou deixa de existir e os empregos desaparecem. Esse cenário faz com que a população acabe buscando formas alternativas de sobrevivência, em atores não estatais, como senhores de guerra e milícias (ROTBERG, 2002).

Para Rotberg (2004) o Estado existe para fornecer bens políticos a seus cidadãos, sendo a segurança o mais importante deles, pois ela é essencial para o fornecimento de qualquer outro bem. Desta forma, sua função primária é:

“...fornecer o bem político da segurança – para prevenir invasões e infiltrações nas fronteiras e qualquer perda de território; eliminar ameaças domésticas ou ataques à ordem nacional e estrutura social; prevenir crimes e quaisquer perigos relacionados à segurança humana doméstica; e possibilitar que os cidadãos resolvam suas diferenças com o Estado e seus concidadãos sem recorrer a armas ou outras formas de coerção física”¹³ (ROTBERG, 2004, p.3 em tradução nossa).

Outros bens políticos que devem ser fornecidos pelo Estado compreendem a possibilidade de participação política livre; direitos humanos e civis; saúde e educação; e infraestrutura, entre outros. Logo, a forma como os Estados se comportam nessas áreas determina sua localização no espectro de falência, com Estados fortes atuando bem em quase todos os âmbitos (ROTBERG, 2004).

Para o autor, no espectro de falência, existem três diferentes níveis de Estado, o fraco, o falido e o colapsado. Estados fracos geralmente são a casa de conflitos entre facções, que ainda não estão em sua fase violenta extrema; índices de crimes urbanos são altos; há

¹³ No original: “...to provide that political good of security-to prevent cross-border invasions and infiltrations, and any loss of territory; to eliminate domestic threats to or attacks upon the national order and social structure; to prevent crime and any related dangers to domestic human security; and to enable citizens to resolve their differences with the state and-with their fellow inhabitants without recourse to arms or other forms of physical coercion” (ROTBERG, 2004, p.3).

incapacidade de fornecer todos os bens políticos; a infraestrutura começa a se degenerar; educação e saúde mostram sinais de estresse; índices econômicos apresentam declínio; e a sociedade civil é perseguida (ROTBURG, 2003).

A Segunda fase, a dos Estados falidos, diz respeito a locais que se encontram em situação de conflito e guerra civil, com o governo enfrentando rebeldes armados; a violência é geralmente dirigida ao governo; a guerra civil é baseada em diferenças étnicas, religiosas, linguísticas, etc.; há perda de controle das fronteiras; não há capacidade para garantir segurança; a violência aumenta, sem reação da polícia; e surgem atores não estatais (como senhores de guerra), que ocupam o vácuo no fornecimento de segurança. Além disso, a oferta de bens essenciais é limitada; a única instituição que funciona é o executivo; não há democracia; a burocracia não cumpre mais suas funções, estando à mercê do executivo; a infraestrutura se encontra destruída; saúde e educação estão completamente negligenciados; as únicas oportunidades econômicas só estão disponíveis para aqueles mais próximos dos governantes; a corrupção está em todo lugar; o Estado se torna predatório, até mesmo perseguindo seus próprios cidadãos e perdendo sua legitimidade; e há um enorme declínio econômico (ROTBURG, 2003).

Finalmente, os Estados colapsados são um caso mais extremo do que os falidos (apesar de mais raro). Nesse cenário, os bens políticos são obtidos através de atores privados; não há nenhum tipo de autoridade; o território é dominado por senhores de guerra; o Estado perde o controle de determinadas regiões; e a violência domina o local (ROTBURG, 2003).

Outra forma de enxergar os Estados falidos é através de uma ótica mais contratualista, nesse caso, eles seriam “incapazes ou não teriam vontade para cumprir a sua parte no que Hobbes chamou de o contrato social, mas que agora abrange mais do que manter a paz entre as facções e os interesses da sociedade”¹⁴ (GROS, 1996. p. 456, em tradução nossa). Assim como Robert Rotberg, Jean-Germain Gros (1996) afirma que nem todos os Estados se encontram no mesmo grau de falência. Desta forma, o autor estabelece cinco categorias para situar este tipo de Estado: o anárquico, o fantasma, o anêmico, o capturado, e o falido *in vitro*.

Os Estados anárquicos são caracterizados por uma falta de governo centralizado, levando ao enfrentamento de grupos armados, que visam dominar o Estado, ou até mesmo

¹⁴ No original: “s are either unable or unwilling to carry out their end of what Hobbes long ago called the social contract, but which now includes more than maintaining the peace among society’s many factions and interests” (GROS, 1996. p. 456).

sem nenhum objetivo específico. Já os fantasmas apesar de serem muito parecidos com os anárquicos, possuem algumas diferenças. No segundo caso existe algum tipo de autoridade, que ainda é eficaz apenas em algumas áreas, mas somente para a proteção do governante. Pois a sobrevivência do Estado está diretamente relacionada à segurança do líder (GROS, 1996).

Já os Estados anêmicos podem chegar a esta forma de duas maneiras, grupos insurgentes tentam tomar o poder e acabam destruindo o Estado, ou eles nunca se modernizaram apropriadamente, de modo que o aumento populacional acaba estressando a estrutura e os agentes estatais perdem o controle, nesse caso, ainda existe algum tipo de autoridade central. A grande diferença entre Estados fantasmas e anêmicos é que os anêmicos conseguem se desempenhar em mais setores, mesmo que apenas local e esporadicamente (GROS, 1996).

Os Estados capturados são aqueles nos quais uma determinada facção sequestrou o governo, para que outro setor da sociedade não tenha acesso a ele. Logo, a autoridade central permanece forte, mas o Estado não atende a todas as facções, apenas aquelas que a elite no poder acha que deveria. Na maior parte dos casos, a captura ocorre porque os diferentes grupos não conseguem concordar a respeito de regras comuns para o governo, o que acaba gerando conflitos. Desta forma, a posse do Estado evita que a facção rival consiga atender a seus interesses. Finalmente, os falidos *in vitro* são aqueles que falharam antes mesmo que o Estado fosse capaz de se consolidar, sem nunca ter havido nenhuma característica de Estado (GROS, 1996).

Contudo, apesar dessas diferenças, para Gros a falência possui uma mesma base: “uma desagregação geral do conjunto de regras formais e informais que regem a sociedade, acompanhada do desaparecimento da autoridade formal ou de sua perda de massa”¹⁵ (GROS, 1996, p. 457, em tradução nossa).

Apesar de todas estas diferenças na definição de Estados falidos, é possível estabelecer alguns pontos em comum. Eles não conseguem manter condições mínimas para a existência de sua sociedade (JACKSON, 1998) ou não atendem sua função básica de prover bens políticos para a sua população, muitas vezes abrindo mão dessa responsabilidade para senhores de guerras ou facções (ROTBURG, 2002). Ou seja, eles perderam as características essenciais que os tornariam Estados.

¹⁵ No original: “an overall breakdown of the corpus of formal and informal rules governing society, accompanied by the disappearance of formal authority or its emaciation” (GROS, 1996, p. 457).

Desde o início do debate acerca dos Estados Falidos, muitos índices surgiram com o objetivo de identificar e antecipar elementos que causariam a falência estatal e classificar os Estados de acordo com seu desempenho nesses setores.

1.2 Os Índices

Com o interesse internacional nos Estados Falidos, houve um aumento das pesquisas e financiamento, buscando ampliar o rigor analítico do conceito, conseqüentemente levando ao surgimento de índices (NEWMAN, 2009). O objetivo dos índices construídos para estudar a falência estatal era verificar quais países se encontrava em situações mais críticas e as possíveis soluções para eles (GOMES, 2012).

No entanto, muitos desses *rankings* são financiados e ligados à *think-tanks*, agências governamentais e fundos públicos. Estas pesquisas têm como preocupação central o perigo que os Estados Falidos oferecem o sistema internacional (NEWMAN, 2009). Ademais, a colaboração entre governos e a academia fez com que estes índices se multiplicassem cada vez mais (VANNONI, 2012). Alguns dos *rankings* utilizados para medir a força do Estado são: o *Global Peace Index*; *Human Development Index*; *Fragile State Index* (VANNONI, 2012); *Index of State Weakness in the Developing World*; e o relatório do *Center for Global Development* (GOMES, 2012).

O *Global Peace Index* é liberado todo ano pelo Vision of Humanity, que é parte do *Institute for Economics and Peace*. Este índice se propõe a medir o nível de paz negativa dos países, analisando três indicadores considerados como componentes da paz. O primeiro deles é o de conflitos domésticos e internacionais existentes, que se preocupa com o tipo de envolvimento e a duração dos conflitos nos quais os países se inserem. O segundo é a segurança patrimonial e física da sociedade e diz respeito à harmonia e discórdia dentro da nação, e são utilizados alguns sinais para avaliar este indicador: taxa de criminalidade, atividades terroristas e comportamentos violentos, relação com países vizinhos, estabilidade do cenário político, e proporção da população deslocada internamente ou se tornando

refugiada. O terceiro indicador é a militarização, que está ligado ao nível das instituições militares e acesso a armas e a quantidade de tranquilidade (GLOBAL PEACE INDEX, 2018).

Já o *Human Development Index* faz parte do programa da Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento e “mede o desenvolvimento de países ao redor do mundo, avaliando a capacidade de um Estado de fornecer bens públicos fundamentais”¹⁶ (VANNONI, 2012, p. 5, em tradução nossa). Este *ranking* visa trazer a tona discussões relativas ao desenvolvimento humano e é formado pela média de três outros índices: o de Expectativa de Vida, que leva em consideração a expectativa de vida ao nascer; o de Educação, que examina os anos esperados de escolaridade e a média de anos de escolaridade; e o de Rendimento Bruto, que analisa o rendimento bruto *per capita* (HUMAN DEVELOPMENT INDEX, 2018).

O *Index of State Weakness in the Developing World* é um índice de 2008, realizado pelo *Brookings Institution*, que utilizou 20 variáveis, divididas entre políticas, de segurança, econômicas, e sociais, para medir o desempenho do Estado nos países em desenvolvimento. As variáveis políticas foram: efetividade do governo; o estado de direito; controle da corrupção; *accountability*; e liberdade. Os indicadores de segurança dizem respeito a: intensidade do conflito; estabilidade política e ausência de violência; incidência de golpes; abuso de direitos humanos; e território afetado pelo conflito. Já a medida econômica é composta por: renda nacional bruta *per capita*; crescimento do produto interno bruto (PIB); inflação; desigualdade de renda; e qualidade da regulação. Finalmente, os indicadores sociais foram: mortalidade infantil; nível de escolaridade primário completo; predomínio de subnutrição; acesso a fontes de água com infraestrutura e sistemas de saneamento; e expectativa de vida (INDEX OF STATE WEAKNESS IN THE DEVELOPING WORLD, 2008).

Já o relatório do *Center for Global Development* foi realizado em 2004, e se encarregou de identificar países fracos, demonstrando as implicações dessa situação para os Estados Unidos (GOMES, 2012) e estabeleceu prioridades para o progresso. Este relatório define a fraqueza estatal em torno de três vácuos, o de capacidade, o de segurança e o de legitimidade (WEINSTEIN *et al*, 2004).

¹⁶ No original: “It measures the development of countries throughout the world, assessing a state’s capacity to supply fundamental public goods” (VANONI, 2012, p.5).

A lacuna de capacidade diz respeito à inaptidão do Estado em fornecer infraestruturas físicas (como escolas, hospitais, estradas, etc.) e que possibilitem o desenvolvimento de seus cidadãos. Isso levaria a possíveis crises humanitárias, de saúde e os cidadãos deixam de acreditar no governo. Dois fatores podem gerar esta lacuna, o primeiro é a escassez de recursos e o segundo quando há um hiato de segurança (WEINSTEIN *et al*, 2004).

O hiato de segurança ocorre quando o Estado não consegue cumprir a mais básica de suas funções, que seria garantir a segurança de sua população e de seu território. Desta forma, ele perde o monopólio da violência, sendo incapaz de evitar ameaças internas e externas e perdendo sua soberania, conseqüentemente, surgem atores não estatais que buscam ocupar o espaço vago através de violência (WEINSTEIN *et al*, 2004).

Por último, o vácuo de legitimidade se dá quando o Estado não é capaz de preservar instituições que garantam direitos básicos e liberdades, e que façam cumprir a lei e assegurem a participação política. A falta de legitimidade pode levar a crises e revoltas políticas, bem como abrir espaço para a corrupção (WEINSTEIN *et al*, 2004).

Finalmente, o *Fragile State Index* é um índice associado a *think-tank Fund for Peace* e ao *Foreign Policy* e, assim como o *Global Peace Index*, é atualizado todos os anos. Esta pesquisa tem sua origem na Ferramenta do Sistema de Avaliação de Conflitos (FSAC)¹⁷, que ainda serve de base para o *ranking*. O *Fragile State Index* utiliza quatro categorias para classificar os países, coesão, econômica, política e social, cada uma contendo 12 indicadores. (FRAGILE STATE INDEX, 2018).

Na coesão encontram-se aparato de segurança, faccionalização das elites e insatisfação coletiva¹⁹. O parâmetro de aparato de segurança diz respeito a todas as ameaças de segurança que podem afetar um Estado, como bombardeios, movimentos rebeldes e ataques terroristas, crime organizado, homicídios, entre outros²⁰. O indicador de faccionalização das elites leva em conta o quanto o Estado encontra-se fragmentado em eixos étnicos, religiosos, raciais, etc. Ele também mede a provocação e os impasses entre as elites governantes, o uso da retórica política nacionalista, competição e transição política e lutas de poder. Finalmente, a

¹⁷ No original: Conflict Assessment System Tool (CAST)

¹⁸ O CAST é uma metodologia para avaliar a vulnerabilidade dos Estados ao colapso.

¹⁹ No original: Cohesion – indicators: Security Apparatus; Factionalized Elites; Group Grievance (*FRAGILE STATES INDEX* 2018, disponível em: <http://fundforpeace.org/fsi/indicators/x1/>).

²⁰ Ele leva em consideração o monopólio do uso da força, a relação entre cidadania e segurança, uso da força e armas (FRAGILE STATE INDEX, 2018).

insatisfação coletiva concerne às divisões e discordâncias na sociedade e como elas afetam a distribuição de serviços, recursos e a inclusão no processo político. Além disso, considera a se há perseguição e repressão de um determinado grupo (FRAGILE STATE INDEX, 2018).

O grupo econômico abarca: declínio econômico, desenvolvimento econômico desigual e fuga de pessoas e cérebros²¹. O declínio econômico considera a renda per capita, PIB, inflação, taxa de desemprego, pobreza, entre outros. Ademais, considera as reações às condições econômicas e seus efeitos. Já o indicador de desigualdade de desenvolvimento econômico diz respeito à desigualdade na economia, considerando também a percepção de desigualdade e as oportunidades de melhora econômica individual. Finalmente, a fuga de pessoas e cérebros avalia as consequências do deslocamento humano na economia e no desenvolvimento do país (FRAGILE STATE INDEX, 2018).

Já a categoria política diz respeito à: legitimidade do Estado, serviços públicos e Estado de Direito e direitos humanos²². A legitimidade do Estado se ocupa da representatividade e a abertura do governo com seus cidadãos, levando em conta fatores como a confiança da população nas instituições e processos estatais, e o efeito da falta de confiança. Ademais, observa a natureza da transição política, a integridade e a ausência de eleições democráticas, entre outros. A variável de serviços públicos analisa a presença e a distribuição de funções básicas do Estado que atendem às pessoas, podendo incluir serviços essenciais, como saúde e educação, ou a capacidade de garantir a segurança de seus cidadãos. Finalmente, o elemento do Estado de Direito e direitos humanos se preocupa se os direitos fundamentais e as liberdades estão sendo respeitados, observando se há perseguição a civis, se há autoritarismo ou militarismo por parte do governo, etc. (FRAGILE STATE INDEX, 2018).

A última categoria incorpora: pressões demográficas, refugiados e deslocamento interna de pessoas e intervenção externa²³. As pressões demográficas são aquelas que o Estado sofre da população e do ambiente (provenientes de desastres naturais). Esta variável considera pressões relacionadas a recursos necessários à vida (como acesso a água potável) ou a aumentos populacionais. O indicador de refugiados e deslocamento interna de pessoas observa o estresse causado ao Estado pelo deslocamento forçado de pessoas, seja por fatores ambientais,

²¹ No original: Economic – indicators: Economic Decline; Uneven Economic Development; Human Flight and Brain Drain (FRAGILE STATES INDEX 2018, disponível em: <http://fundforpeace.org/fsi/indicators/x1/>).

²² No original: Political – indicators: State Legitimacy; Public Services; Human Rights and Rule of Law (FRAGILE STATES INDEX 2018, disponível em: <http://fundforpeace.org/fsi/indicators/x1/>).

²³ No original: Social – indicators: Demographic Pressures; Refugees and Internally Displaced Persons; External Intervention (FRAGILE STATES INDEX 2018, disponível em: <http://fundforpeace.org/fsi/indicators/x1/>).

sociais ou políticos. Finalmente, o elemento de intervenção externa trata das influências e consequências da intervenção externa, considerando a interferência nas áreas de segurança, econômica e humanitária (FRAGILE STATES INDEX, 2018).

A metodologia do *Fragile State Index* consiste em obter dados de três fontes principais: quantitativas pré-existentes, análise de conteúdo e análise qualitativa. A análise de conteúdo é feita utilizando a estrutura FSAC, dividindo seus indicadores em subindicadores e aplicando o método booleano²⁴ em mais de 10 mil fontes globais (como artigos, relatórios, entre outros) em inglês, para identificar a importância de cada um dos indicadores (FRAGILE STATES INDEX, 2018).

A análise quantitativa utiliza dados preexistentes de agências internacionais (como a ONU, Banco Mundial, entre outros), que representem estatisticamente aspectos relevantes dos indicadores. Estes conjuntos de dados passam por um processo para normalizá-los e escaloná-los, para realizar uma análise comparativa. Após este procedimento, as tendências identificadas durante esta fase são comparadas com as notas obtidas durante a análise de conteúdo, se os dados combinarem, as notas são confirmadas (FRAGILE STATE INDEX, 2018).

Já a análise qualitativa é realizada separadamente, por pesquisadores que examinam os 178 países abarcados pelo índice. Eles avaliam eventos importantes que ocorreram em cada país, durante o período da pesquisa, comparando com o período anterior. Esta análise tem como objetivo identificar a dinâmica das tendências de um ano para o outro (FRAGILE STATES INDEX, 2018).

Após a finalização de cada etapa, os dados destas três fontes são integrados e triangulados, resultando nas notas do índice e possibilitando que os países sejam alocados em suas categorias. O *Fragile States Index* classifica os países em 12 grupos: muito sustentável, sustentável, muito estável, mais estável, estável, em aviso, aviso elevado, alto aviso, alerta, alto alerta e alerta muito alto²⁵.

²⁴ “O operador lógico booleano define relações entre termos em uma pesquisa. Os operadores booleanos são **and**, **or** e **not**. Você poderá utilizar estes operadores para criar uma pesquisa bastante genérica ou bem limitada.” (Disponível em: https://connect.ebsco.com/s/article/Pesquisa-com-Operadores-Booleanos?language=en_US)

²⁵ No original: very sustainable; sustainable; very stable; more stable; stable; warning; elevated warning; high warning; alert; high alert; very high alert (*FRAGILE STATES INDEX* 2018, disponível em: <http://fundforpeace.org/fsi/2018/04/24/fragile-states-index-2018-annual-report/>).

Desta forma, é possível condensar os conceitos dos diferentes autores e índices para se estabelecer as características que pode determinar um Estado Falido para os propósitos deste trabalho.

Quadro 1 – Características do Estado Falido

Perda do monopólio do uso legítimo da violência²⁶
Precariedade no fornecimento de serviços públicos²⁷
Não existência de um Estado de Direito
Estado sem legitimidade
Sofre intervenção externa
Faccionalização das elites
Perda de controle das fronteiras ou de partes do território
Predominância de corrupção
Não fornecimento de bens políticos
Conflitos domésticos e internacionais duradouros²⁸
Altos índices de deslocamento populacional²⁹
Baixa expectativa de vida
Abuso de direitos humanos
Desigualdade social acentuada
Alto índice de desemprego
Inflação elevada
Baixo crescimento do PIB
Baixa renda per capita
Golpe de Estado

Fonte: Confeção da autora, com dados retirados das teorias e índices citados neste capítulo.

Estes indicadores foram escolhidos por sua relação com as teorias de Estado. O índice de fornecimento de serviços públicos está ligado à ideia de que o Estado deve providenciar os serviços de necessidade básica e indispensáveis para uma vida digna. O Estado de Direito se

²⁶ Neste indicador estão inseridas as existências de: guerras civis, crime organizado, células terroristas.

²⁷ Neste indicador estão inseridos: serviços de saúde, de educação, infraestrutura.

²⁸ Este indicador não foi agregado a perda do monopólio do uso legítimo da violência porque a existência de um conflito não significa, necessariamente, o surgimento de um poder paralelo.

²⁹ Neste indicador estão inseridos: fuga de cérebros, refugiados e migrações.

relaciona com a noção de que o Estado é o centro do qual saem as leis e a faccionlização das elites com a ideia de identidade nacional.

Contudo, é preciso atentar para o fato de que a teoria e os índices se baseiam em um conceito prévio, que seria o de Estado. Pois a determinação de um Estado Falido está fundada naquilo que o Estado deveria ser, mas não é. Por este motivo é preciso dar um passo atrás e analisar a ideia de Estado, e é isto que o capítulo 2 se dedica a fazer.

2. TEORIA DO ESTADO

Para compreender melhor o debate acerca dos Estados Falidos, é necessário refletir sobre o próprio conceito de Estado produzido na hegemonia, o que será tratado na seção 2.1, utilizando pensadores determinantes nesta área. Ademais, também é importante compreender que autores do centro teceram críticas a este Estado hegemônico, ponto que será trabalhado na seção 2.2.

2.1 O Estado a partir do Centro

O debate acerca do Estado, suas motivações e sua emergência tem início com os contratualistas. Para estes autores, o Estado nasce a partir de um contrato e possui certas obrigações para com os seus súditos. Entre os pensadores que se enquadram nesta vertente encontram-se Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e John Locke.

Para Hobbes o estado de natureza é a condição de “todos contra todos”. Os homens lutam constantemente uns com os outros, em busca do poder, não há confiança ou colaboração. Esta é uma situação anárquica, de constante insegurança, na qual todos os homens são inimigos (HOBBS, 2008).

Sendo assim, o contrato social seria capaz de sanar a anarquia e insegurança do estado de natureza. A constituição do Estado e a existência de um soberano seriam essenciais nesse sentido. A partir do momento em que a sociedade entra no contrato social e existe um soberano, ele não pode ser questionado, suas ordens devem ser sempre obedecidas. Isso se dá porque suas ações visam proteger a integridade da sociedade, mesmo que o indivíduo não seja capaz de compreender o motivo (HOBBS, 2008).

Já para Locke, o estado de natureza é uma situação mais pacífica, na qual os homens nascem todos iguais, independentes e livres. Os indivíduos seguem a lei natural, que nada mais é do que a razão. Esta lei impediria que os homens fizessem mal ao outro, e as pessoas possuem a prerrogativa de punir os que desobedecerem esta lei. Nesse sentido, o direito

natural é fruto da razão. Contudo, o estado de natureza pode se transformar em um estado de guerra (LOCKE, 1998).

O direito que todos os homens têm de punir os transgressores e a liberdade de agir da maneira que quiserem podem acarretar problemas. O desejo de vingança e a paixão podem fazer com que o homem exagere no momento de aplicar a punição, levando à desordem. Para evitar estes empecilhos os indivíduos se unem em um contrato social com o objetivo de formar um Estado (LOCKE, 1998).

Os homens abrem mão de seu poder no estado de natureza e o passam para o soberano, constituindo assim o Estado (LOCKE, 1998). “O sinal inequívoco do surgimento da sociedade civil é quando todos os indivíduos transferiram para a sociedade (...) seu poder individual de exercer a lei da natureza e de proteger sua propriedade” (LASLETT, 1998). Ou seja, só há sociedade civil quando os indivíduos decidem transferir seus poderes individuais para um corpo político.

Em Locke, diferente de Hobbes, a transferência de poder que estabelece um Estado não é absoluta. O poder de governar é coletivo, baseia-se na humanidade, pertencendo a todos. Sendo assim, todos os homens são iguais e racionais e, portanto, não é possível a existência de um poder arbitrário de um indivíduo sobre o outro. (LASLETT, 1998).

O governo opera em um *trust* e a partir do momento em que ele é quebrado, a sociedade tem o direito de destituir o soberano (LOCKE, 1998). O *trust* seria a confiança que os cidadãos depositam no governo, de que ele cumprirá com suas obrigações e protegerá os indivíduos que compõem a sociedade civil. Para Locke o poder de governar emana do povo, ele retira o poder absoluto do monarca e o passa para a sociedade civil.

Desse modo, Locke estabelece o direito de desobediência civil. Ela pode ocorrer em dois casos: quando o governo não cumpre sua finalidade de proteger os direitos naturais de seus cidadãos ou quando o governante usurpa esse poder. Somente os homens podem determinar quando o Estado não está fazendo o que deveria e quando o governante deve ser substituído (LOCKE, 1998). A desobediência civil seria então uma garantia contra os abusos do governo.

É importante salientar que mesmo após a saída do estado de natureza, os homens permanecem sendo livres e iguais. Todavia, a liberdade deixa de ser absoluta, pois esse tipo

de liberdade significa que os homens podem fazer tudo o que for de seu interesse. Nesse sentido, nenhum governo pode permitir que haja tal coisa como liberdade absoluta (LOCKE, 1998).

Outro aspecto importante é que o indivíduo deve ser livre para viver a sua vida da maneira que melhor lhe aprouver. O governo não pode interferir na vida privada de seus cidadãos, a não ser em caso de manutenção da paz (LOCKE, 1998).

Sendo assim, para Locke o principal objetivo da formação do Estado é a proteção da propriedade privada. Os homens abdicam de determinados privilégios do estado de natureza e formam um Estado para que consigam proteger sua propriedade. Desse modo, o governo tem como principal objetivo preservar a propriedade privada de cada um de seus cidadãos (LOCKE, 1998).

No século XIX, o utilitarista John Stuart Mill surge com seu liberalismo democrático. Ao contrário de Locke, Stuart Mill (1942) não faz menção ao estado de natureza. Isso ocorre porque para ele, o indivíduo já nasce em uma família. Logo, para Mill, não há um contrato que social que deu início à formação do Estado.

Com o passar do tempo os cidadãos perceberam a dificuldade dos governos afastados de seus interesses e totalmente independentes. Assim, surgiu a ideia de que os dirigentes deveriam ser eleitos e temporários, de modo que o povo pudesse retirá-los. Isso se deu com o objetivo de evitar o abuso de poder (MILL, 1942).

Apesar de ser um defensor do governo representativo, Mill argumenta que ele não é bom para todos os povos. Nas sociedades não civilizadas, o governo despótico seria o mais adequado, pois conseguiria estabelecer uma sociedade e prepara seu povo para a civilização. O domínio de povos bárbaros por civilizados permite que os selvagens avancem mais rápido na escala da evolução (MILL, 1981).

Uma das principais preocupações de Mill em relação ao governo representativo é que a vontade do maior número oprima os desejos da minoria. Ele traz para sua obra o conceito de Tocqueville de tirania da maioria. Essa tirania consiste em uma “onipotência da maioria”, de modo que todas as decisões são tomadas pelo maior número, enquanto a minoria não é escutada (TOCQUEVILLE, 2005).

Caso o governo não consiga impedir estas ameaças, estará fadado à mediocridade. Esta possibilidade de mediocridade amplia-se a partir do momento em que o poder se deposita nas mãos das camadas da sociedade com nível mais baixo de instrução. Logo, outra ameaça à democracia consiste na baixa inteligência dos representantes e da sociedade que o fiscaliza. (MILL, 1981). Mill propõe então duas soluções para evitar ambas as ameaças, o voto plural e o proporcional.

Mesmo com os mandatários da maioria excedendo os da minoria, pelo menos a minoria teria sua voz ouvida no Parlamento. Os protestos seriam percebidos e conseqüentemente, as mentes da maioria seriam elevadas, devido ao conflito. As minorias possuem então a função de evitar que o Parlamento fique estagnado e acabe se degenerando (MILL, 1981).

Apesar de Mill defender o voto universal como ideal, ele coloca alguns limites. Um eleitor deveria ser capaz de, no mínimo, saber ler, escrever e realizar simples operações aritméticas. Estes simples conhecimentos deveriam estar ao alcance de todos, seja de graça ou a uma tarifa tão baixa que as até os mais pobres tenham condição de arcar com as despesas. (MILL, 1981).

O sistema educacional se torna protagonista, pois é um dos principais mecanismos de aperfeiçoamento do homem (MATTOS, 2008). Desse modo, a educação é colocada como uma obrigação da sociedade, e deve vir antes do voto. Logo, enquanto não houver educação absoluta, o sufrágio universal não é possível (MILL, 1981).

Contudo, a tirania da maioria não se limita ao governo, podendo ser exercida também pela sociedade civil. Este tipo de tirania social é mais difícil de escapar do que a exercida pelo governo, e penetra profundamente em todos os aspectos da vida. É a sociedade impor suas opiniões como regra de conduta. Logo, um bom governo se preocupa não só em impor limites à tirania da maioria no governo, mas também em conter a tirania social (MILL, 1942).

Um dos autores mais utilizados no debate acerca do Estado é Max Weber. Nas obras do alemão, é possível perceber que o Estado é considerado o detentor do monopólio restrito e legítimo da violência organizada, bem como uma burocracia impessoal, altamente especializada e responsável pela direção de um determinado território (CARVALHO, 2007).

Logo, sociologicamente, o Estado deve sempre ser definido em seus meios, nunca em seus fins. Mais precisamente, determinado pelo meio que lhe é característico, ou seja, o uso da força física. Conseqüentemente, não é reconhecido o direito do uso da violência por nenhum outro grupo que não seja o Estado, ou que por ele esteja autorizado (WEBER, 1918).

Assim como todas as associações políticas que se deram ao longo da história, o Estado se baseia em uma relação de dominação, mantida pelo instrumento da força legítima. Desta forma, o Estado só existe na medida em que aqueles que são dominados se sujeitam à autoridade pleiteada por aqueles que dominam. Logo, existem três tipos ideais, que legitimam essa dominação: a “autoridade do ontem eterno”, a “autoridade do dom da graça” e o “domínio em virtude da legalidade” (WEBER, 1918).

O primeiro tipo ideal, o da “autoridade do ontem eterno”, é o do “domínio tradicional”, que tem sua base na crença que a sociedade deposita nas tradições, de forma que o governante ocupa seu cargo através de um costume. Logo, a submissão não é dirigida ao cargo, mas sim à pessoa e ao costume que a colocou lá, permitindo que o soberano governe de modo pessoal e conforme seus desejos (MALISKA, 2006).

O segundo tipo, da “autoridade do dom da graça”, é o do “domínio carismático”, e diz respeito ao carisma, no qual a obediência se dá devido ao valor do indivíduo. Desta forma, o governante aparenta uma configuração quase sobre humana, apresentando características pessoais que o destacam dos demais (MALISKA, 2006).

Já o terceiro tipo é o do “domínio racional legal” e característico do Estado Moderno. Neste caso, a obediência se dá devido à confiança na validade das leis, assim, o governante é selecionado de acordo com regras pré-estabelecidas e sua postura é determinada e orientada pela norma do direito. Para que os regulamentos sejam devidamente aplicados, é necessário que haja um corpo impessoal de funcionários, que podem ser retirados de seu cargo. Porém, ao mesmo tempo, este corpo deve ser protegido, para que seja capaz de exercer sua função (MALISKA, 2006).

Além disso, Weber estabeleceu um importante laço entre o Estado e o capitalismo. O mercado só é capaz de funcionar adequadamente, em grande parte, devido à ordem específica, que só é produzida por um Estado moderno (EVANS, 2007). Logo, é possível apreender que para Weber, o capitalismo como conhecido hoje, exige estruturas que só podem ser fornecidas pelo Estado moderno:

“...as características específicas do capitalismo moderno, em contraste com essas antigas formas de aquisição capitalista, a organização estritamente racional do trabalho embutido em tecnologia racional, de forma alguma desenvolvido em tais estados construídos irracionalmente, nunca poderiam ter surgido dentro deles porque essas organizações modernas, com seu capital fixo e cálculos precisos, são muito vulneráveis às irracionalidades da lei e da administração”³⁰ (WEBER, 1978, p. 1395, em tradução nossa).

É perceptível então, para Weber, a importância da burocracia para que o capital consiga funcionar. Para que o Estado seja capaz de cumprir seu papel de suporte ao mercado e a acumulação, é necessário que o corpo burocrático seja coeso, bem como cada indivíduo deve perceber e aceitar que atingir metas corporativas é a melhor opção para realizar seus interesses pessoais (EVANS, 2007).

Também o autor norte americano, Michael Mann (1984), dá extrema importância ao Estado, pois a existência de uma sociedade civilizada complexa não é possível sem que haja um centro de onde saiam suas regras. Logo, para o escritor, é a presença do Estado que garante a manutenção da ordem. Assim, o autor se volta para pensadores como Max Weber e Charles Tilly, para estabelecer seu próprio conceito, identificando em Weber quatro elementos essenciais que compõem o Estado:

“1) instituições e pessoal diferenciados, que incorporam 2) centralidade no sentido em que relações políticas irradiam de um centro para fora, para cobrir 3) uma área territorialmente demarcada, sobre a qual exerce 4)

³⁰ No original: “...the specific features of modern capitalism, in contrast to these ancient forms of capitalist acquisition, the strictly rational organization of work embedded in rational technology, nowhere developed in such irrationally constructed states, and could never have arisen within them because these modern organizations, with their fixed capital and precise calculations, are much too vulnerable the irrationalities of law and administration” (WEBER, 1978, p. 1395).

monopólio da realização de leis autoritariamente vinculantes” (MANN, 1984, p.188 em tradução nossa)³¹ .

Esta é também a definição que Michael Mann (1984) utiliza, com exceção do último elemento. Somado a isso, o autor faz ainda uma crítica às definições de Estado antecedentes, como as marxistas e funcionalistas. Na opinião de Mann, estas seriam limitadas devido à sua redução do “Estado às estruturas preexistentes da sociedade civil”.

Ademais, o Estado é dotado de sentidos distintos de poder, o primeiro despótico, e o segundo infraestrutural. No que concerne o poder despótico, é a capacidade que a elite estatal tem de tomar decisões sem negociar com a sociedade civil. Este costumava ser muito característico de períodos históricos como a idade média, porém, com o passar do tempo, as estruturas estatais se alteram e o segundo tipo de poder começa a se tornar mais influente (MANN, 1984).

Nesse sentido, o poder infraestrutural diz respeito à habilidade do Estado de traspor a vida da sociedade civil e pôr em prática, através do território, as decisões tomadas. Ele manifesta-se através do pagamento de impostos, registro de informações pessoais e a influência estatal na economia, entre outras possibilidades. Atualmente, este poder encontra-se cada vez mais forte (MANN, 1984).

Desta forma, o autor segue a linha de Weber e estabelece quatro tipos ideais de Estado, de acordo com a quantidade de manifestação de cada poder. O primeiro é o Estado feudal, que possui como característica ambos os poderes (infraestrutural e despótico) fracos³². Já o segundo tipo é o Estado Imperial, no qual o poder despótico era muito presente, porém o infraestrutural era fraco. O terceiro tipo é denominado Burocrático, se apresentando como o oposto do Imperial, com alta capacidade de penetração na sociedade civil e deficiência no poder despótico. Por fim, a última categoria é a autoritária, que apresenta alta presença dos dois poderes (MANN, 1984).

³¹ No original “1) a differentiated set of institutions and personnel, embodying 2) centrality, in the sense that political relations radiate outwards from a centre to cover a 3) territorially demarcated area, over which it exercises 4) a monopoly of authoritative bidding rule-making, backed up by a monopoly of the means of physical violence”

³² É importante salientar que os tipos de poder se referem aos Estados e não a membros da sociedade civil, como era o caso dos senhores feudais. Logo, nesse caso, apesar de os senhores conseguirem implementar suas decisões sem que seus vassalos dessem opinião, o Estado não conseguia operar da mesma maneira (MANN, 1984).

A britânica Theda Skocpol segue a mesma linha de Mann, trazendo maior foco para a autonomia do Estado. Neste sentido, Skocpol busca se distanciar de teorias que tratam o Estado como entidade não autônoma, baseado puramente no comportamento da sociedade civil (FERNANDES, 2002). Para a autora, os Estados podem ser tratados como “organizações que reivindicam o controle de territórios e pessoas, podem formular e perseguir objetivos que não sejam simples reflexo das demandas ou dos interesses de grupos ou classes sociais da sociedade”³³ (SKOCPOL, 2007. p.174).

Ao tratar o Estado como ator autônomo, capaz de tomar suas decisões com relativa independência da sociedade civil, a autora justifica a ação autossuficiente:

“As orientações extranacionais dos Estados, os desafios que podem enfrentar para manter a ordem interna e os recursos organizacionais a que os coletivos de funcionários do Estado podem recorrer e deslocar, todas essas características do Estado, considerado a partir de uma perspectiva Weberiana-Hintzeana, podem ajudar a explicar ação autônoma do Estado”³⁴ (SKOCPOL, 2007 p.175 em tradução nossa).

Já para Peter Evans, o Estado é dotado de funções amplas e variadas, como fazer guerras e manter a ordem interna, impulsionar o desenvolvimento econômico e garantir o bem-estar social. Além disso, ele realiza duas atividades essenciais: possibilita o desempenho das demais instituições da sociedade civil e é o encarregado de solucionar os impasses da coletividade. Conseqüentemente, é incumbência do Estado providenciar serviços de necessidade básica e indispensáveis para uma vida digna, mesmo que ele não seja capaz de atender a todas as carências da sociedade. Destarte, sua importância é tamanha, que qualquer tentativa de desestabilizá-lo pode levar a resultados catastróficos (EVANS, 1995).

³³ No original: “Los Estados, concebidos como organizaciones que reivindicam el control de territorios y personas, pueden formular y perseguir objetivos que no sean un simple reflejo de las demandas o los intereses de grupos o clases sociales de la sociedad” (SKOCPOL, 2007. p.174).

³⁴ No original: Las orientaciones extranacionales de los Estados, los desafios a los que pueden hacer frente para mantener el orden interno y los recursos organizativos a los que pueden recurrir y que pueden desplazar los colectivos de funcionarios estatales, todas estas características del Estado, considerado desde una perspectiva weberiano-hintzeana, pueden contribuir a explicar la acción autónoma del Estado (SKOCPOL, 2007 p.175).

Sendo assim, Evans (1995) se preocupa em apontar para a necessidade que a sociedade tem do Estado:

“... o Estado encontra-se no centro das soluções para o problema da ordem. Sem o Estado, o mercado, a outra instituição mestra da sociedade moderna não pode funcionar. Nós não gastamos nosso valioso tempo em filas diante de balcões dos burocratas porque somos masoquistas. Nós ficamos lá porque precisamos do que o estado oferece. Precisamos de regras previsíveis, e estas, por sua vez, devem ter uma estrutura organizacional concreta por de trás delas. Precisamos de alguma reflexão organizacional, por mais imperfeita que seja, dos interesses gerais em oposição aos interesses individuais. Precisamos de algo além do risco do comprador para sustentar o processo de troca. Precisamos de "bens coletivos" como esgoto sistemas, estradas e escolas”³⁵ (EVANS, 1995, p. 3-4, em tradução nossa).

Além disso, o autor também volta a sua atenção para países do Terceiro Mundo, identificando três tipos de Estado nessa localidade: desenvolvimentista, predatório e intermediário. O primeiro tipo é aquele no qual o Estado consegue, apesar das dificuldades, fomentar a economia, incentivando elites privadas e empresariais, ao mesmo tempo em que extraem excedentes. Desta forma, proporcionam ajuste econômico e mudança nas estruturas. Este tipo de Estado é dotado de capacidade administrativa, características weberianas e de uma coerência estrutural que evita atitudes *rent-seeking* de seus funcionários. Ademais, se impõem às forças do mercado de maneira estratégica (EVANS, 2007).

Elemento essencial para este Estado é a “autonomia inserida”, ou seja, o arranjo entre coesão interna e conexão externa. Esta autonomia está colocada dentro de laços sociais,

³⁵ No original: “...the state lies at the center of solutions to the problem of order. Without the state, markets, the other master institution of modern society, cannot function. We do not spend our valuable time standing in lines in front of the counters of bureaucrats because we are masochists. We stand there because we need what the state provides. We need predictable rules, and these in turn must have a concrete organizational structure behind them. We need some organizational reflection, however imperfect, of general as opposed to individual interests. We need something beyond caveat emptor to sustain the process of exchange. We need “collective goods” like sewage systems, roads, and schools” (EVANS, 1995, p. 3-4).

unindo o Estado à sociedade e viabilizando a negociação de metas políticas, através de canais institucionalizados (EVANS, 2007).

O segundo tipo (predatório), é onde o Estado extrai excedentes em demasia e não fornece nenhum bem coletivo, desta forma impedindo qualquer possibilidade de transformação econômica. O Estado age de fato como um predador, e seus funcionários não têm nenhuma preocupação com a população. Este tipo tem como característica o modo como se relaciona com a sociedade, uma atuação não desenvolvimentista e a forma como suas estruturas internas se organizam (EVANS, 1995).

Finalmente, no último tipo, dos Estados intermediários, se encontram elementos das duas classes anteriores. Estes locais possuem ondas oscilantes de sucesso no que diz respeito ao estímulo da transformação industrial (EVANS, 1995). Os Estados intermediários são caracterizados pelo baixo desenvolvimento da capacidade burocrática e não conseguem ajustar estrategicamente suas atividades a sua capacidade (EVANS, 2007).

Com isso em mente e após estudar casos como o do Brasil, da Índia, do Zaire e de países asiáticos, Evans (2007) chega a duas conclusões:

“A primeira e mais evidente lição que se pode extrair destes casos é que há uma escassez e, e não excesso de burocracia. (...). Abundam os organismos normativos ou administrativos, mas a maioria não tem a capacidade de perseguir metas coletivas de um modo previsível ou coerente, e nem o interesse de fazê-lo”³⁶ (EVANS, 2007, p. 43, em tradução nossa).

Ou seja, a primeira conclusão a que Evans (2007) chega é a de que na verdade, o grande problema dos países do Terceiro Mundo não é que a burocracia seja opressiva e muito presente, mas ao contrário, ela encontra-se extremamente ausente. Como consequência desta conclusão, o autor chega a uma segunda:

³⁶ No original: “La primera y más evidente lección que puede extraerse de estos casos es que hay escasez, y no exceso, de burocracia. (...)Abundan los organismos normativos o administrativos, pero la mayoría no tiene la capacidad de perseguir metas colectivas de un modo predecible o coherente, ni el interés de hacerlo” (EVANS, 2007, p. 43).

“A capacidade do Estado para cumprir funções administrativas e de outra índole deve ser considerada um bem escasso. (...) A ampliação imprudente da variedade e quantidade de tarefas leva facilmente a um ciclo vicioso. O ritmo de crescimento da capacidade do Estado é mais lento que o aumento das tarefas. As deseconomias administrativas e organizativas de escala e de escopos fazem com que o desempenho piore. O fraco desempenho prejudica a legitimidade e dificulta a recuperação dos recursos necessários para aumentar a capacidade. A brecha entre a capacidade requerida e a capacidade disponível é ampliada, até que a execução efetiva dos deveres do "vigia noturno" na versão mínima do Estado esteja em risco”³⁷ (EVANS, 2007, p. 43-44, em tradução nossa).

Sendo assim, é possível perceber a importância que uma burocracia presente, coerente, organizada e eficaz, tem para Peter Evans. Estes são elementos imprescindíveis para que o Estado consiga promover uma transformação nas economias dos países da periferia. Consequentemente, a solução para os países do Terceiro Mundo encontra-se em uma estratégia que retire do Estado o status de problema e o transforme em solução (EVANS, 2007).

Por último, o autor Barry Buzan se concentra na força do Estado. Antes de tudo, é preciso que um corpo possua determinados componentes para que possa ser denominado Estado, como: base física populacional e territorial, instituições governamentais, ideia de Estado e, principalmente, tamanho e soberania³⁸ (BUZAN, 1983).

³⁷ No original: “La capacidad del Estado para cumplir funciones administrativas y de otra índole debe considerarse un bien escaso. (...) La ampliación imprudente de la variedad y cantidad de tareas lleva fácilmente a un círculo vicioso. El ritmo de crecimiento de la capacidad del Estado es más lento que el del aumento de las tareas. Las deseconomías administrativas y organizativas de escala y de alcances hacen que el desempeño empeore. Un desempeño deficiente socava la legitimidad y torna dificultoso reclamar los recursos necesarios para el aumento de la capacidad. La brecha entre la capacidad requerida y la disponible se agranda, hasta que corre peligro incluso la ejecución eficaz de los deberes del “vigilante nocturno”, en la versión mínima del Estado” (EVANS, 2007, p. 43-44).

³⁸ O tamanho e a soberania são os principais elementos que distinguem os Estados de outros tipos de organização (BUZAN, 1983).

Todavia, apesar de estes itens serem necessários para a composição de um Estado, seu fundamento encontra-se muito mais no plano social do que no físico. Desta forma, existem três elementos essenciais³⁹ que dão força ao Estado e possibilitam a formação dos aspectos físicos (BUZAN, 1983).

O primeiro, e principal, é a ideia de Estado, ou seja, uma concepção de propósito, o que um Estado deve fazer, para que ele existe e o que ele é. Esta ideia precisa ser amplamente aceita e compartilhada na população, pois isso dificulta sua extinção e liga às pessoas ao Estado, além de fazer com que elas se submetam à sua autoridade. Logo, sem esta ideia o Estado enfrenta problemas para existir e suas instituições não conseguem funcionar adequadamente (BUZAN, 1983).

Isto leva ao segundo elemento, as instituições, em outras palavras, todo o aparato estatal, o sistema jurídico, o legislativo, administrativo, de saúde e o executivo. Devido a sua existência física, as instituições se tornam mais fáceis de destruir do que as ideias, no entanto, na ausência da segunda, a primeira pode substituí-la, desde que se comporte de maneira forte e até opressora. Assim, enquanto as ideias dotam as instituições de legitimidade, as instituições colocam as ideias em prática (BUZAN, 1983).

O terceiro elemento é a base física do Estado, que abrange um território delimitado, seus cidadãos e todas as riquezas existentes nele. O tamanho do território bem como o da população pode variar muito de um país para o outro e podem se alterar ao longo do tempo. Este componente é, sem dúvida, o mais fraco entre os três, pois, por ser o menos abstrato, está mais suscetível a ameaças (BUZAN, 1983).

Todos os autores citados nesta seção apontam para a importância de compreender o Estado enquanto ator autônomo, com capacidade própria de ação e decisão. Além disso, o estabelecem como essencial para o funcionamento da sociedade e do mercado capitalista. Ele se apresenta como um elemento tão relevante, que sua desestabilização pode gerar até mesmo um risco para a sobrevivência da sociedade.

Destarte, nota-se que a teoria de Estados Falidos está diretamente relacionada com os conceitos de Estado dos autores citados nesta seção. Pois, segundo esta teoria, os Estados Falidos perdem a característica essencial, determinada por Weber (1918), que seria o

³⁹ É importante salientar que estes elementos não existem de maneira independente e estão interligados de diversas maneiras (BUZAN, 1983).

monopólio do uso legítimo da violência, bem como têm a ideia de Estado de Buzan (1983), enfraquecida ou não suficientemente enraizada na sociedade, fazendo com que as pessoas não reconheçam a autoridade deste Estado, que é incapaz de impulsionar o desenvolvimento econômico, garantir o bem-estar e o desempenho das instituições da sociedade civil, como estabelecido por Peter Evans (1995). Além disso, no cenário de falência não há um centro de poder de onde saem as regras, o que Mann (1984) trata como essencial.

Apesar de o Estado ter sido definido de diferentes maneiras por autores distintos, com semelhanças e contradições, estas definições sempre apontaram para sua importância. No entanto, ele também foi muito criticado por outros teóricos do Centro, que enxergavam problemas na estrutura estatal.

2.2 A Crítica do Centro ao Estado

O teórico alemão Friedrich Engels enxerga o Estado de maneira diferente, como algo que surgiu com a propriedade privada, com o intuito de protegê-la. Conforme a sociedade foi evoluindo e as estruturas da “gens” se alteraram, a economia se tornou mais sofisticada e novos modelos surgiram e levaram à divisão do trabalho, separando a sociedade entre exploradores e explorados (ENGELS, 1894).

Nesta conjuntura o conflito entre as categorias se tornou tão extremo que se fez necessário o surgimento de um poder capaz de mitigar os antagonismos, para que a sociedade conseguisse sobreviver. Devido a sua função de apaziguar o conflito entre as classes, fazendo com que sua luta se dê apenas no campo econômico, o Estado encontra-se aparentemente a cima e cada vez mais distante da sociedade (ENGELS, 1894).

Desta forma, segundo Engels (1894), o Estado não foi algo externamente imposto à sociedade, ou a realização da moral e nem mesmo uma manifestação da razão, mas sim:

“...um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou em uma irremediável contradição

com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar” (ENGELS, 1894, p. 191).

Ou seja, surgimento do Estado se dá na urgência de refrear a luta aberta de classes, enquanto ela ocorre. Consequentemente, o Estado não está completamente acima da sociedade, na medida em que pertence à classe dominante (com maior poder econômico). É a partir dele que esta classe economicamente superior se torna, ao mesmo tempo, politicamente dominante e tem acesso a novos meios de repressão e exploração (ENGELS, 1894). Logo, é possível concluir que para o autor o Estado é um instrumento de dominação, utilizado para garantir a propriedade e superioridade das classes mais ricas.

Para Engels, alguns elementos principais diferenciam o Estado da *gens*. O primeiro é a reunião da população em uma mesma divisão territorial. O segundo é a existência de uma força pública, que inviabiliza que a sociedade se reúna em uma organização armada. Esta força é constituída por homens armados, bens materiais, prisões e, principalmente, instituições de coerção, não existentes no período gentílico. Todavia, os novos órgãos do Estado não possuíam o mesmo apreço livre e voluntário daqueles existentes na *gens*, desta forma, tornou-se necessário impor este respeito (ENGELS, 1894).

Em o Estado e a Revolução Vladimir Lênin se baseia em muitas ideias de Engels para tratar do Estado e da necessidade de acabar com ele através da revolução do proletariado. Logo, ele segue na mesma linha, tratando o Estado como um instrumento de opressão.

Para o autor Vladimir Lênin, a maior preocupação em relação ao Estado reside no imperialismo. No período precedente à Primeira Guerra Mundial, duas vertentes ganharam força no movimento operário socialista. A primeira acreditava que o imperialismo constituía um desvio no avanço da democracia, de forma que o cenário mais benéfico para a burguesia seria um de paz e desenvolvimento do comércio internacional. Enquanto isso, o movimento operário deveria lutar pela democratização do Estado (BORGES, 2017).

Já na visão da segunda vertente, o imperialismo consiste em “uma fase do desenvolvimento capitalista na qual as contradições intraburguesas e entre capitalistas se aguçava, o que tornava a guerra praticamente inevitável” (BORGES, 2017, p. 15). Isto faria

com que o Estado se tornasse mais classista e belicoso, aumentando seu controle sobre a população (BORGES, 2017).

Lênin busca demonstrar que para Marx e Engels o Estado nada mais é do que um aparelho de dominação e opressão, baseado na burocracia, na polícia e no exército. Destarte, Lênin estabelece a importância da Comuna de Paris, pois foi lá que se colocou a necessidade de se substituir este aparelho por um que estivesse de acordo com o proletariado (BORGES, 2017).

“O Estado é a organização especial do poder, é a organização da violência de uma classe qualquer” (LÊNIN, 2017, p. 47). Sendo assim, o Estado deve ser entendido como a forma transitória colocada por Marx e Engels, a organização dos trabalhadores em classe dominante. Conseqüentemente, o proletariado deve fazer uso do Estado para reprimir a burguesia, visando acabar com a espoliação. É neste sentido que os trabalhadores precisam do Estado e somente são capazes de acabar com o domínio burguês (LÊNIN, 2017).

Esta forma de Estado, dos trabalhadores como classe dominante, é transitória para o não Estado, pois o fim último é a destruição do Estado. É nesta fase que a ditadura do proletariado deve preocupar-se em expandir a verdadeira democracia, aquela do povo, e, para que não haja resistência, limitar a liberdade dos capitalistas (LÊNIN, 2017).

Já o autor grego Nicos Poulantzas é mais radical e chega a questionar a própria possibilidade de se estabelecer uma teoria geral do Estado, pois esta não seria capaz de explicar as transformações do Estado ao longo do tempo. Logo, não se deve falar em teoria geral do Estado, mas sim em teoria do Estado capitalista, com um objeto e conceito específico. No entanto, não é possível construir proposições gerais do Estado, partindo desta teoria capitalista (POULANTZAS, 1979).

É possível associar esta crítica aos autores citados na seção 2.1, que buscam estabelecer uma teoria geral do Estado, de modo a determinar como todos os Estados são. Além disso, a teoria de Estados Falidos claramente trilha o mesmo caminho, assumindo uma noção universal de Estado e encaixando na categoria de falidos todos aqueles que se desviam.

A construção do Estado se dá e é reproduzida através de lutas passadas e atuais. Sendo assim, para Poulantzas o Estado não é um ente de direito próprio, mas sim uma relação social entre as classes, ou seja, ele não é um objeto, e seu poder é o equilíbrio de forças nos

conflitos. Consequentemente, o equilíbrio de forças não é algo estático, mas se modifica conforme alterações estratégicas e organizacionais (JESSOP, 2009).

Apesar de o aparato estatal se encontrar fragmentado e desunido, o Estado funciona de forma a organizar as classes dominantes, enquanto desorganiza as dominadas. Destarte, as lutas das classes dominadas encontram-se no próprio Estado, ao mesmo tempo em que se distanciam dele. Atualmente, as atividades econômicas do Estado se sobrepuseram às demais e as ingerências na economia estão focadas nas relações de produção e no aumento da produtividade (JESSOP, 2009).

Todavia, apesar da acumulação de capital determinar as ações do Estado, elas ainda possuem um cunho político. Logo, estas ações acabam por fortalecer a acumulação de capital e a exploração e buscam se adequar aos planos da classe dominante, de modo que passam a reproduzir a ideologia desse grupo. Porém, o papel do Estado não se resume a reprodução da ideologia dominante e a repressão (POULANTZAS, 1979).

Por fim, a cientista política estadunidense Ellen Wood se dedica a estudar autores marxistas para chegar a algumas conclusões a respeito do capitalismo. Uma delas é que o Estado foi essencial, através da história, para a manutenção do processo de expropriação, que é fundamental para o capitalismo. Pois ele consegue reproduzir e reforçar a capacidade de apropriação do capital. Consequentemente, a esfera econômica se sustenta através da esfera política, mesmo que sejam elementos diferentes (WOOD, 2011).

Na visão da autora, esta distinção entre as duas esferas se dá na:

“...diferenciação das funções políticas e sua alocação separada para a esfera econômica privada e para a esfera pública do Estado. Essa alocação separa as funções políticas imediatamente interessadas na apropriação e extração da mais-valia daquelas que têm propósito mais geral ou comunitário” (WOOD, 2011, p.36).

O Estado nasce como instrumento para a apropriação e distribuição. Ademais, a divisão social do trabalho e a apropriação de excedentes por uma determinada classe do que é produzido por outra são essenciais para que o Estado consiga cumprir suas funções sociais.

Todavia, apesar de sua ligação, as classes não necessariamente vieram antes do Estado, pois a apropriação privada não obriga a existência de um Estado, mas sempre que houver um, existirão classes (WOOD, 2011).

Com a evolução da sociedade e o sufrágio universal, algumas alterações ocorreram. Primeiro, o Estado assumiu uma aparência de que serve a todos, mas a capacidade de expropriação das classes dominantes nunca foi alterada. Segundo, algumas das formas de controle que antes pertenciam aos senhores, passaram para as mãos do Estado. Desse modo, ele passa a interferir indiretamente nas relações de classe e de produção (WOOD, 2011).

Assim, é possível perceber que para todos os autores citados nesta seção o Estado representa uma forma de opressão, na medida em que ele consegue ser apropriado pelas classes dominantes, para reproduzir seus ideais e manter a condição de exploração das classes dominadas e de reprodução do capital. Apesar disso, estes pensadores tratam de todos os Estados. Surgiram então teóricos periféricos, com uma visão um pouco diferente e que trataram especificamente do Sul global e de como ele é afetado pelo capitalismo do Centro.

3. TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Na periferia, diversos autores trataram da situação considerada de subdesenvolvimento e atraso dos países da região. Os teóricos abordados nesta seção se preocupam em entender como a conjuntura latino americana se deu devido ao desenvolvimento do capitalismo mundial e a uma situação de dependência para com os países do Centro.

O primeiro destes autores é Theotônio dos Santos, que define a dependência como “uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a primeira é submetida”⁴⁰ (SANTOS, 1970, p. 231, em tradução nossa). Ou seja, o modo como a economia dos países periféricos se desenvolveu está diretamente relacionado com as necessidades do centro.

Desta forma, Theotônio (1970) faz uma crítica a teorias desenvolvimentistas, pois para o autor, a conjuntura dos países latinos não pode ser explicada simplesmente por sua não eficiência em seguir as normas do capitalismo estabelecidas pelos países centrais. Mas, pelo contrário, o “atraso” da região é consequência justamente da sua integração com o capitalismo e a maneira como ela se dá. Esta integração se deu, historicamente, de modo a pautar as relações internacionais dos países periféricos, bem como nortear a produção, suas formas de acumulação de capital, e sua estrutura política e social.

Essa integração da periferia no capitalismo mundial se dá de maneira extremamente desigual:

“Ao analisar o processo de constituição de uma economia mundial que integra as chamadas "economias nacionais" em um mercado mundial de commodities, capital e até poder de trabalho, vemos que as relações produzidas por esse mercado são desiguais e combinadas - desiguais porque o desenvolvimento de partes do sistema ocorre à custa de

⁴⁰ No original: “a situation in which the economy of certain countries is conditioned by the development and expansion of another economy to which the former is subjected” (SANTOS, 1970, p231).

outras partes”⁴¹ (SANTOS, 1970, p231, em tradução nossa).

Essa relação comercial entre os dois polos é prejudicial para a periferia, pois se baseia no controle monopolístico do mercado pelo centro, bem como no empréstimo de capital para a periferia a juros altíssimos. No entanto, os excedentes gerados nos países dependentes não ficam na região, sendo repatriados às grandes metrópoles mundiais, além disso, a mão de obra local acaba sendo superexplorada, na tentativa de gerar quantidades cada vez maiores de mais-valia. Consequentemente, o mercado interno não consegue se desenvolver, a capacidade tecnológica e cultural fica estagnada e cada vez mais dependente, e a saúde física e mental dos trabalhadores é prejudicada (SANTOS, 1970).

Historicamente, as formas de dependência se iniciaram com a chegada dos colonizadores e foram se alterando com o passar do tempo. A primeira delas é a dependência colonial, caracterizada principalmente pelo domínio absoluto que a metrópole exercia sobre o mercado e o território de sua colônia (SANTOS, 1970). No pós-segunda guerra os Estados Unidos conseguiram expandir seu capital para todo o globo, reorganizando a economia mundial e integrando de outra forma os países periféricos ao capitalismo, modificando assim a divisão internacional do trabalho (SANTOS, 1968) e gerando a segunda forma de dominação, a industrial financeira, na qual o grande capital se expande para os países não hegemônicos, através de investimentos nos setores de produção de matéria prima. Finalmente, a terceira é a industrial tecnológica, que se fortaleceu no pós-guerra, com o investimento das empresas multinacionais na indústria existente (SANTOS, 1970).

É importante salientar que, nos anos 30, graças a uma grave crise econômica mundial, os países latino americanos iniciaram seu processo de industrialização, com uma política de substituição de importações. Essas indústrias já existentes foram a base para o investimento feito pelas empresas estrangeiras (SANTOS, 1998).

A realidade dos países “subdesenvolvidos” se dá de tal forma que a industrialização e o capital financeiro andam juntos, acabando por se tornar uma única coisa, com a indústria periférica como um dos principais destinatários do investimento financeiro (SANTOS, 1968).

⁴¹ No original: “In analyzing the process of constituting a world economy that integrates the so-called “national economies” in a world market of commodities, capital and even labour power, we see that the relations produced by this market are unequal and combined - unequal because development of parts of the system occurs at the expense of other parts” (SANTOS, THE STRUCTURE OF DEPENDENCY, p231).

Além disso, este tipo de dependência mais recente se constrói de modo que o capital internacional consegue obter o controle de setores essenciais das economias do Sul. Este capital também se faz necessário para o desenvolvimento industrial dos países “subdesenvolvidos”, pois ele exporta tecnologia e conhecimento para o terceiro mundo, a um alto custo (SANTOS, 1970).

Logo, é possível perceber que a industrialização periférica se deu apoiada no capital internacional e conseqüentemente encontra-se sob seu domínio. Sendo assim, ela se desenvolveu de acordo com os interesses deste capital, fazendo com que as empresas adotassem padrões que muitas vezes encontravam-se fora da realidade local (SANTOS, 1968).

Outro aspecto importante deste processo é que diversos governos da região demonstraram seu apoio aos projetos das empresas estrangeiras, conseguindo em troca suporte político e financeiro do capital internacional e de governos hegemônicos. Conseqüentemente, as administrações locais gozaram de um longo período de tempo no poder e reeleições sucessivas (SANTOS, 1998).

Este desenvolvimento dependente tem como características principais exclusão social, concentração de renda e desigualdade social. Logo, é notável que apesar do processo de industrialização, a América Latina não consegue se colocar no mesmo patamar dos países desenvolvidos, mas ao contrário, acaba sendo cada vez mais prejudicada pelo desenvolvimento de países centrais e ficando cada vez mais distante deles (SANTOS, 1998).

Ademais, a geração de emprego não é capaz de acompanhar a industrialização latino americana, de modo que a região encontra-se com um déficit tecnológico, social e de empregos, além de um baixo investimento em pesquisa. Observa-se então outro fenômeno durante os anos 80, a evasão de cérebros, na qual profissionais se deslocam para países mais desenvolvidos, em busca de melhores oportunidades (SANTOS, 1998).

Outro aspecto relevante do desenvolvimento dependente é a dívida externa, com altos juros, contraída por países periféricos:

“O Estado nacional vê-se avassalado por estas mudanças. Voltado para o pagamento dos juros da dívida externa na década de 80, criou uma imensa dívida interna com altíssimos juros e alta rotação. Na década de 90, quando os

juros internacionais caem, os países dependentes vêm-se estimulados e até forçados a empreender políticas econômicas de valorização de suas moedas nacionais. Estas políticas os levam a criar importantes déficits comerciais, os quais buscam cobrir com a atração de capital especulativo de curto prazo, pagando-lhes altos juros, internamente” (SANTOS, 1998, p.32).

Consequentemente, o Estado acaba perdendo sua capacidade de investimento e ficando refém do capital financeiro. Logo, ele também perde a habilidade de investir em políticas sociais ou no funcionalismo público. Assim, os setores mais vulneráveis de sua população acabam ficando de lado, em função de uma subordinação ao capital financeiro (SANTOS, 1998).

Ruy Mauro Marini está situado no mesmo espectro de Theotônio dos Santos. Para Marini (2008), quando se trata da realidade capitalista, a América Latina pode apresentar determinadas características que se assemelham a uma falta ou insuficiência. Contudo, é importante notar que, devido à forma como o sistema se estabelece, esta região nunca poderá se desenvolver, dentro deste sistema, de acordo com as expectativas capitalistas:

“O que deve ser dito é que, mesmo quando há realmente um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção refere-se a aspectos de uma realidade que nunca poderá ser desenvolvida, devido à sua estrutura e funcionamento globais, da mesma forma que desenvolveram economias capitalistas chamadas avançadas”⁴² (MARINI, 2008, p. 108, em tradução nossa)

Desta forma, o “subdesenvolvimento” latino é causado pelo desenvolvimento capitalista global. Isso se dá, principalmente porque a América Latina só passa a existir como

⁴² No original: “Lo que habría que decir es que, aun cuando se trate realmente de un desarrollo insuficiente de las relaciones capitalistas, esa noción se refiere a aspectos de una realidad que nunca podrá desarrollarse, por su estructura global y su funcionamiento, de la misma forma como se han desarrollado las economías capitalistas llamadas avanzadas” (MARINI, 2008, p. 108).

tal, com a colonização europeia do século XVI, quando ela começa a fazer parte do sistema capitalista que estava se originando (MARINI, 1971).

Assim, as estruturas latinas começam a se construir no período colonial, durante o início da expansão do capitalismo, e se desenvolvem sempre no contexto do capital internacional. Logo após sua independência, os países do Sul não buscaram uma integração regional, mas pelo contrário, suas relações comerciais se aproximaram cada vez mais de grandes potências como a Inglaterra. Destarte, a periferia se dedicava a exportar matérias primas, enquanto importava manufaturas e dívidas (MARINI, 2008).

Desta forma, Ruy Mauro Marini entende a dependência de modo similar a Theotônio dos Santos, como:

“...uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, cujo marco das relações de produção das nações subordinadas são modificados ou recriados para assegurar a reprodução ampla da dependência”⁴³ (MARINI, 2008, p. 111, em tradução nossa).

É a partir da criação e do estabelecimento das grandes indústrias que a divisão internacional do trabalho se concretiza. Nesse sentido, os países periféricos foram essenciais para o desenvolvimento industrial do centro, pois eram os responsáveis por fornecer insumos agrícolas que possibilitaram que camadas do centro se especializassem nas atividades fabris, além de prover as matérias-primas essenciais para a produção do Norte. Esta função de abastecedor para as fábricas foi a que mais se estendeu ao longo do tempo, e permaneceu importante durante as transformações na divisão internacional do trabalho (MARINI, 2008).

Desta forma, é possível perceber que a América Latina se insere no mercado mundial de acordo com as exigências e interesses dos países hegemônicos, possuindo um papel de extrema importância no que diz respeito ao aumento de mais valia dos países centrais (MARINI, 2008).

⁴³ No original: “...una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificados o recriados para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (MARINI, 2008, p. 111).

Todavia, os países latinos enfrentaram um grande problema, a depreciação dos preços dos produtos agrícolas, que não acompanhavam os valores das manufaturas. Porém, este processo não é natural, pois, como existe uma elevação produtiva no centro, este decréscimo dos preços não equivale a uma desvalorização real dos artigos (MARINI, 2008).

Sendo assim, o desenvolvimento econômico da América Latina se dá no contexto de subordinação ao mercado mundial, o que conseqüentemente leva a uma perpetuação das relações de produção que se encontravam ali no período colonial, e que acabaram por direcionar sua forma e expansão, bem como as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente (MARINI, 2008).

Ademais, este desenvolvimento se dá baseado em um componente principal, que é a superexploração do trabalhador. Como o mercado latino era completamente voltado para a exportação, ele não dependia do consumo interno. Ele poderia então, para atender as necessidades do mercado externo e elevar a produtividade, aumentar a exploração do trabalhador, pois este não era seu consumidor (MARINI, 2008).

Com o passar do tempo a América Latina começa a se industrializar. No entanto, o desenvolvimento deste setor será baseado nas estruturas criadas pela economia de exportação e suas contradições, de forma que a indústria permanece subordinada a produção de bens primários. Com a crise econômica que assolou o mundo entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a indústria latina consegue ganhar mais destaque (MARINI, 2008).

Porém, durante esse processo de industrialização, também se desenvolveu o capital dos países hegemônicos, que se interessou em investir nas indústrias periféricas, na busca de expandir os seus mercados. Assim, as máquinas industriais que se tornavam obsoletas nos grandes centros eram repassadas para a periferia. Esta se torna então uma nova fase da divisão internacional do trabalho, na qual determinadas etapas primárias da produção industrial foram designadas para os países “em desenvolvimento”, enquanto estágios mais avançados permaneceram nos grandes centros (MARINI, 2008).

É possível perceber então que a inserção do progresso tecnológico é consequência das dinâmicas de acumulação e não devido a uma vontade das regiões periféricas. No entanto, devido a sua forma de implementação e concentração, este progresso tecnológico desenvolveu problemas de realização. A solução encontrada foi a intervenção do Estado, que expandiu o

aparato burocrático e providenciou subsídios aos produtores, entre outras atividades. A inflação também desempenhou um papel essencial, pois foi capaz de retirar o poder de compra da esfera baixa e repassá-lo para a círculo alto (MARINI, 2008).

Outro aspecto importante a ser tratado é o fato de que as formas de exploração se comportam de modos diferentes dentro do sistema. Além disso, geram formações sociais distintas, com base na preponderância de uma determinada forma. Adicionado a isso, o grau de incidência destes modos de exploração capitalista, bem como as respectivas configurações que assumem, influenciam no jeito como as leis de movimento do sistema vão se comportar naquela localidade (MARINI, 2008).

A inserção de capital estrangeiro gera mais um problema, o da heterogeneidade tecnológica. Ele se deu devido à inserção repentina de elementos tecnológicos, para os quais os locais não estavam preparados, pois não possuíam o conhecimento técnico. Além disso, graças aos empecilhos criados pelo próprio capital, tornava-se difícil girar o próprio capital investido nos mercados locais. Isto fez com que os excedentes gerados fossem repatriados para as metrópoles mundiais, conseqüentemente levando a uma queda na taxa de crescimento da região (MARINI, 2008).

Logo, é possível perceber que os países ditos desenvolvidos encontram-se em uma posição privilegiada:

“...os países desenvolvidos possuem dois trunfos em suas mãos. O primeiro é sua imensa superioridade em termos de pesquisa e desenvolvimento, o que possibilita a inovação técnica; existe aí um verdadeiro monopólio tecnológico que agrava a condição dependente dos outros países. O segundo é o controle exercido na transferência de atividades industriais para os países mais atrasados, tanto pela sua capacidade tecnológica como de investimento, este controle atua de duas maneiras: um, transferindo prioritariamente indústrias menos intensivas em conhecimento para os países mais atrasados; dois, dispersando entre diferentes nações etapas da produção de bens; Dessa forma,

impedindo o surgimento de economias nacionalmente integradas”⁴⁴ (MARINI, 2008, p. 259, em tradução nossa).

Vânia Bambirra pertence à mesma linha dos outros dois autores citados. Para a autora, o capitalismo latino evolui na conjuntura da transformação e proliferação do capitalismo mundial. Conseqüentemente, isso fez com que se desenvolvessem tipos distintos de capitalismo dependente no continente, que, no entanto, não se opunham às leis de funcionamento do sistema como um todo. Além disso, a dinâmica capitalista nos países centrais orienta a configuração do sistema na periferia (BAMBIRRA, 1999).

A Segunda Guerra Mundial possibilitou alguns acontecimentos que favoreceram a hegemonia dos Estados Unidos. Primeiro, houve uma grande concentração de conhecimento tecnológico neste território norte americano. Segundo, houve centralização de pesquisadores nos Estados Unidos, o que possibilitou grande avanço no conhecimento. Terceiro, o conhecimento tecnológico gerado foi aplicado em novos setores da produção, aumentando a produtividade e levando a concentração econômica e financeira. Conseqüentemente, os Estados Unidos acabam se elevando a um patamar mais alto no que diz respeito à produção e ciência, possibilitando assim o seu domínio sobre os demais países (BAMBIRRA, 1999).

Sendo assim, este período é de extrema importância, pois possibilitou que os Estados Unidos conseguissem grandes forças produtivas, fazendo com que as empresas multinacionais fossem capazes de monopolizar e concentrar a produção. Isto leva a transformações nos países latino americanos e uma reorientação da industrialização na região, ou ao início do processo, para os países que ainda não haviam atingido este patamar (BAMBIRRA, 1999).

Logo, Bambirra (1999) aponta o período do Pós-Segunda Guerra como o representante de uma nova fase de integração das sociedades dependentes ao sistema capitalista mundial. Sendo assim, ele é determinante para compreender a situação dos países dependentes, pois:

⁴⁴ No original: “...los países desarrollados conservan dos triunfos en la mano. El primero es su inmensa superioridad en materia de investigación y desarrollo, que es lo que hace posible la innovación técnica; existe allí un verdadero monopolio tecnológico que agrava la condición dependiente de los demás países. El segundo es el control que ejercen en la transferencia de actividades industriales a los países más atrasados, tanto por su capacidad tecnológica como de inversión, control que actúa de dos maneras: una, transfiriendo prioritariamente a los países más atrasados industrias menos intensivas en conocimiento; dos, dispersando entre diferentes naciones las etapas de la producción de mercancías; de esa manera impiden el surgimiento de economías nacionalmente integradas” (MARINI, 2008, p. 259).

“O sistema monopolista com características de integração global começou a se formar desde o final do século XIX, mas é somente no período pós-guerra que a integração monopolista global é realizada de maneira totalmente definida e adquire seu caráter dominante, seja pelo processo mais acelerado de integração ao nível de grandes empresas multinacionais, seja através da criação de organizações internacionais para a integração política, seja através dos tratados de integração militar, ou, finalmente, através da expansão do capitalismo monopolista de Estado”⁴⁵ (BAMBIRRA, 1999, p. 9, em tradução nossa).

A economia mundial assume então uma nova forma, que só foi possível devido a expansão das grandes empresas multinacionais para o resto do mundo. Na América Latina, a integração monopólica se apoia em duas estruturas fundamentais que qualificavam a região (BAMBIRRA, 1999).

A primeira são as estruturas diversificadas, caracterizadas pelo protagonismo do setor primário-exportador, mas com um processo de industrialização já existente. A segunda são as estruturas primário-exportadoras, nas quais a indústria é principalmente artesanal e o processo de industrialização só se inicia de fato com o investimento do capital internacional (BAMBIRRA, 1999).

Desta forma, a penetração de capital estrangeiro na América Latina tem algumas consequências: ele passa a dominar os novos setores industriais que se desenvolveram; a desnacionalização da propriedade privada local; e as grandes empresas multinacionais acabam absorvendo as empresas nacionais, o que leva a uma monopolização e centralização das economias da região (BAMBIRRA, 1999).

O desenvolvimento da indústria latina se dá apoiada no setor primário exportador, que durante muitos anos foi a base das economias da região. Isto fez com que as novas burguesias

⁴⁵ No original: “El sistema monopolista con características de integración mundial ya empieza a formarse desde fines del siglo XIX, pero es sólo en la posguerra que la integración monopolica mundial se cumple en forma plenamente definida y adquiere su carácter de dominante, sea a través del proceso más acelerado de integración al nivel de las grandes empresas multinacionales, sea a través de la creación de organismos internacionales para la integración política, sea a través de los tratados de integración militar, sea, por último, a través de la expansión del capitalismo monopolista de Estado” (BAMBIRRA, 1999, p. 9).

industriais tivessem que entrar em um acordo com as oligarquias proprietárias de terra, o que impediu uma reforma no funcionamento das estruturas agrárias (BAMBIRRA, 1999).

Como consequência, a indústria acabou se desenvolvendo voltada prioritariamente para os mercados urbanos, não conseguindo alcançar os rurais. Por sua vez, isso levou a mais uma limitação da indústria, somada ao problema de expansão das indústrias já existentes. Estas adversidades batem de frente com uma necessidade primária do capitalismo, que é a expansão de mercados (BAMBIRRA, 1999).

Para amenizar estes problemas, algumas soluções foram praticadas. Primeiro, o aumento do controle monopólico dos mercados existentes, o que leva a elevação dos preços das mercadorias, para compensar os custos. Segundo, a contenção dos salários, o que na prática significa uma superexploração da classe operária. Terceiro, o aumento das exportações. Quarto, subsídios e créditos estatais (BAMBIRRA, 1999).

Sem dúvida, a aplicação destas táticas impediu a freada do crescimento econômico e possibilitou a manutenção do desenvolvimento industrial. Todavia, nenhuma dessas soluções foi capaz de sanar completamente o problema e as limitações se mantiveram, com o adicional dos entraves criados por estas saídas propostas (BAMBIRRA, 1999).

Para que as empresas estrangeiras fossem capazes de desenvolver as indústrias na América Latina, elas precisavam de cooperação do Estado. Ele precisava viabilizar a limitação de crédito a pequenas indústrias, bem como a restrição dos salários. Nesse sentido, o Estado precisava atender os interesses burgueses industriais, ao mesmo tempo em que mantinha os privilégios oligárquicos. Isso redefiniu seu papel, fazendo com que ele se ocupasse principalmente dos interesses destas duas classes e abandonasse as necessidades das classes médias e mais baixas (BAMBIRRA, 1999).

Isto traz uma contradição enorme para a região, pois apesar de se voltar para os interesses do capital, o Estado não podia perder sua função social. Desta forma, ao mesmo tempo em que ele era um instrumento de dominação do capital, realizava tarefas de proteção das classes dominadas, essenciais para manter a estabilidade política e o funcionamento do capitalismo dependente da região (BAMBIRRA, 1999).

Contudo, este processo de inserção do capital estrangeiro tem consequências não só no mercado, mas em toda a estrutura da sociedade na qual ele influi:

“Do ponto de vista social e político, o processo de monopolização, concentração e centralização também se expressa no nível dos mecanismos de controle social em geral, nos instrumentos de formação cultural e de opinião pública, como imprensa, rádio, televisão, jornais. Também se expressa nas ideologias e partidos políticos das classes dominantes que tendem a agrupar e superar velhas diferenças não substanciais, tendendo a predominar, com força crescente, as tendências direitistas, enquanto as posições liberais e centristas não têm mais lugar em um processo caracterizado, cada vez mais, pela polarização entre classes dominantes e dominadas.”⁴⁶ (BAMBIRRA, 1999, p. 174-175, em tradução nossa).

Como resultado, o desenvolvimento dependente tem ainda outro problema, que concerne o acirramento das contradições entre a concentração de poder econômico e político nas mãos de classes abastadas e a falta dele na maior parte da população. Todas estas contradições do capitalismo dependente tendem a se aprofundar com o passar do tempo, tornando mais difícil sua ruptura (BAMBIRRA, 1999).

Sendo assim, para compreender a América Latina é preciso levar alguns fatores em consideração. Primeiro, ela deve ser tratada como parte de um todo, tendo em vista que avança na conjuntura do sistema capitalista global. Destarte, a economia mundial é elemento crucial para o desenvolvimento dos países latinos e de suas sociedades. Segundo, ela deve ser observada como uma consequência de uma transformação estrutural. Assim, a dependência condiciona as possibilidades de evolução das estruturas (BAMBIRRA, 1999).

Neste contexto, os países do Norte e Sul pertencem a uma unidade histórica, na qual uns são atrasados e outros são desenvolvidos. Logo, o desenvolvimento do capitalismo global

⁴⁶ No original: “Desde el punto de vista social y político, el proceso de monopolización, concentración y centralización se expresa también, en el nivel de los mecanismos de control social en general, en los instrumentos de formación cultural y de opinión pública como la prensa, la radio, la televisión, los periódicos. Se expresa además, en las ideologías y en los partidos políticos de las clases dominantes que tienden a agruparse y a superar viejas diferencias no sustanciales, tendiendo a predominar cada vez con mayor fuerza las tendencias derechistas, mientras las posiciones liberales y centristas dejan de tener cabida en un proceso que se caracteriza, cada vez más, por la polarización entre clases dominantes y dominadas” (BAMBIRRA, 1999, p. 174-175).

e das grandes potências tem como consequência e condição o “atraso” da periferia (BAMBIRRA, 1999).

Assim, é possível apreender que a América Latina se construiu de acordo com as necessidades do grande capital internacional e até hoje é influenciada por ele. Ele interferiu não só no estabelecimento do mercado, mas em toda a estrutura social e política da região. Para todos os autores citados nesta seção, a forma que a periferia adquire se deve a interferência das grandes potências.

É possível notar ainda que diversos fatores que caracterizam Estados falidos foram causados pela situação de dependência da América Latina. Entre eles estão: a precariedade no fornecimento de serviços, o alto índice de deslocamento populacional, o alto índice de desemprego, desigualdade social elevada, inflação elevada, e baixo crescimento do PIB, entre outros.

CONCLUSÃO

Em 2001, os “Estados falidos” começaram a atrair mais atenção como ameaças ao sistema internacional, devido ao atentado às Torres Gêmeas (GOMES, 2011; CARVALHO, 2007). Estes Estados são “incapazes ou não teriam vontade para cumprir a sua parte no que Hobbes chamou de o contrato social, mas que agora abrange mais do que manter a paz entre as facções e os interesses da sociedade” (GROS, 1996).

Ademais, não conseguem conservar requisitos básicos para a existência de sua sociedade (JACKSON, 1998) ou não observam sua função básica de conceder bens políticos para a sua população, possivelmente abrindo mão dessa responsabilidade para senhores de guerra ou facções (ROTBERG, 2002). Nesses locais há uma ausência de segurança, forte presença de conflitos internos, as autoridades não são mais capazes de gerir as fronteiras, surge o embate entre diferentes grupos da sociedade e as forças policiais não podem mais operar. Como resultado, os indivíduos começam a buscar proteção em atores não estatais (ROTBERG, 2002). Logo, o Estado passa então a não deter mais o monopólio da violência legítima como estabelecido por Weber (1918)

Todavia, a literatura concorda que existem diferentes níveis intermediários entre um Estado “saudável” e um Estado “falido”. Eles podem variar do Estado anárquico, passando pelo fantasma, anêmico e capturado, até chegar ao falido *in vitro* (GROS, 1996). Podem também ser fracos, falidos ou colapsados (ROTBERG, 2003).

Atualmente, existem diversos índices que medem e classificam os Estados de acordo com a sua fragilidade, alguns deles são: o *Global Peace Index*; *Human Development Index*; *Fragile State Index* (VANNONI, 2012); *Index of State Weakness in the Developing World*; e o relatório do *Center for Global Development* (GOMES, 2012).

Contudo, a afirmação de que um Estado não está funcionando ou de que perdeu as características que o definem, está diretamente relacionada ao que se entende por Estado. Para Max Weber (1918), o Estado é uma organização que monopoliza o uso da violência legítima, de forma que demais entidades só podem fazer uso da força quando autorizadas. Além disso, sua constituição é formada por uma burocracia sem personalidade e altamente especializada.

Na visão de Michel Mann (1984) o Estado é um corpo de instituições; centralização; relações políticas surgindo de um centro determinado, cobrindo todo o território; e monopólio no estabelecimento de leis. Na percepção do autor, qualquer sociedade civilizada possui um centro de onde saem suas regras, sendo ele o Estado. Além disso, sua existência é o que garante que uma ordem seja mantida.

Já Theda Skocpol busca afastar-se de ideias que estabeleçam o Estado como um ator não autônomo, fundamentado no comportamento da sociedade civil (FERNANDES, 2002). Portanto, a autora considera os Estados como:

“organizações que reivindicam o controle de territórios e pessoas, podem formular e perseguir objetivos que não sejam simples reflexo das demandas ou dos interesses de grupos ou classes sociais da sociedade”⁴⁷ (SKOCPOL, . p.174).

Deste modo, o Estado pode ser visto como um ator autônomo, que consegue tomar decisões com alguma independência da sociedade civil. Skocpol justifica a autossuficiência estatal através das “orientações extranacionais dos Estados, os desafios que podem enfrentar para manter a ordem interna e os recursos organizativos aos quais podem recorrer e que os funcionários estatais podem deslocar”⁴⁸ (SKOCPOL, 2007 p.175).

O Estado também possui um papel central para outro autor, Peter Evans acredita que esta instituição é capaz de possibilitar o desempenho das diversas instituições da sociedade, além disso, Evans considera que o conjunto de funções estatais é bastante amplo, incluindo, fazer guerras e manter a ordem interna, além de impulsionar o desenvolvimento econômico e garantir o bem-estar social. O autor vai mais além, afirmando que o Estado é o grande responsável por resolver impasses da coletividade. (EVANS, 1995).

⁴⁷ No original: “Los Estados, concebidos como organizaciones que reivindicam el control de territorios y personas, pueden formular y perseguir objetivos que no sean un simple reflejo de las demandas o los intereses de grupos o clases sociales de la sociedad”

⁴⁸ No original “Las orientaciones extranacionales de los Estados, los desafios a los que pueden hacer frente para mantener el orden interno y los recursos organizativos a los que pueden recurrir y que pueden desplazar los colectivos de funcionarios estatales”.

Ademais, faz parte das funções estatais prover os serviços de necessidade básica e indispensáveis para uma vida digna. Todavia, compreende-se que, certamente, o Estado não conseguirá atender a todas as necessidades da sociedade, contudo, ele ainda é considerado um componente essencial e uma tentativa de desestabilizá-lo pode ter implicações devastadoras (EVANS, 1995).

Contudo, críticas ao Estado hegemônico vieram também do centro. Para Friedrich Engels (1984), o Estado nasce junto com a propriedade privada, para protegê-la e mitigar os conflitos entre as classes, assegurando que eles só se dessem no campo econômico. Sendo assim, o Estado é um produto da sociedade, quando esta atinge um determinado nível de evolução.

Já Nicos Poulantzas (1979) questiona a possibilidade de uma teoria geral do Estado, pois ela não explicaria as transformações do Estado ao longo do tempo. Logo, para o autor, deve-se falar em teoria do Estado capitalista, com um objeto e conceito específico. Contudo, esta teoria não permite que se façam proposições gerais acerca do Estado.

Além disso, na visão de Poulantzas, o Estado é um produto de lutas passadas e futuras, o que o torna uma relação social e não um objeto. Consequentemente, ele sofre alterações de acordo com as mudanças estratégicas e organizacionais. O Estado é também capaz de organizar as classes dominantes, enquanto desorganiza as dominadas, perpetuando o ciclo de dominação, de modo que a acumulação de capital norteia suas ações (JESSOP, 2009).

Para a autora Ellen Wood (2011), o Estado surge como um instrumento de apropriação e distribuição. Além disso, ele é dotado de uma capacidade de expropriação, que nunca desapareceu, mesmo após o desenvolvimento da sociedade. Com estas mudanças na sociedade, o Estado recebe ainda novas formas de controle, que antes pertenciam a senhores e proprietários de terra, gerando a capacidade de interferir diretamente na relação de classe e de produção.

No entanto, estas visões de Estado são baseadas em experiências eurocentradas, e assumir que esta visão pode ser aplicada a todos os países do globo, seria adotar uma ideia de história linear e unidirecional, na qual todos os povos seguirão o mesmo caminho traçado pelo Centro. Sem dúvida, atualmente o mundo é permeado pela visão eurocêntrica. Existe uma concepção de história linear, na qual a Europa e os Estados Unidos se encontram no ponto mais avançado (QUIJANO, 2010).

Logo, para que seja possível compreender a América Latina e suas peculiaridades, é preciso enxergá-la como parte do capitalismo mundial, tendo em vista que toda sua formação foi pautada pelo desenvolvimento deste capitalismo. Além disso, ela deve ser tratada como produto do processo de redefinição estrutural (BAMBIRRA, 1999).

Nesse sentido, autores periféricos buscaram compreender a realidade própria do Sul global e explicar a posição na qual se encontra dentro do sistema mundial. Nesse sentido, Theotônio dos Santos (1970) acredita que a situação de “atraso” na qual a região se encontra pode ser atribuída à forma como ela foi inserida e o papel que ocupou no capitalismo mundial. Logo, a dependência é: “uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a primeira é submetida”⁴⁹ (SANTOS, 1970, p. 231, em tradução nossa).

A relação comercial entre centro e periferia se deu de forma extremamente desigual e foi prejudicial o Sul. Isso se dá, pois o desenvolvimento dos países hegemônicos se deu à custa dos países periféricos. A evolução industrial latina se deu de acordo com as necessidades e interesses do capital internacional, o que trouxe consequências catastróficas para a região (SANTOS, 1970).

Algumas dessas consequências são: o controle de setores essenciais da produção pelo capital internacional; a super exploração dos trabalhadores; exclusão social; concentração de renda; desemprego; atraso tecnológico; fuga de cérebros; aumento da dívida externa e interna; perda da capacidade de investimento do Estado, na economia, em políticas sociais e no funcionalismo público; entre outros (SANTOS, 1998).

Para Ruy Mauro Marini (2008), sem dúvida a América Latina apresenta características que podem ser compreendidas como falhas ou insuficiências, quando vistas da perspectiva capitalista hegemônicas. Contudo, esta região nunca poderá se desenvolver ao mesmo patamar e da mesma forma que os países centrais. Isso ocorre, pois a forma como a periferia foi introduzida no sistema e o papel que ocupa, não permitem nada além de dependência.

A América Latina só passa a existir e ser compreendida como algo concreto a partir da colonização e de sua inserção ao capitalismo, que nascia com a expansão marítima. Ela foi essencial para a evolução do Norte, pois fornecia produtos agrícolas e matérias primas para a

⁴⁹ No original: “a situation in which the economy of certain countries is conditioned by the development and expansion of another economy to which the former is subjected” (SANTOS, THE STRUCTURE OF DEPENDENCY, p231).

produção, o que permitia que a população central se ocupasse do desenvolvimento industrial (MARINI, 2008).

Desta forma, o desenvolvimento se deu voltado para o mercado exterior. Logo, o desenvolvimento da América Latina é orientado pelas relações de produção e sociais que se estabeleceram no período colonial. Conseqüentemente, o desenvolvimento dos países da região sempre esteve pautado pelos interesses capital internacional (MARINI, 2008).

O fato de o processo de industrialização da América Latina ser voltado para o mercado externo e pautado pelo capital internacional traz algumas conseqüências para a região: a super exploração do trabalhador; a indústria permanece subordinada a produção de bens primários; repatriação do capital investido, ou seja, os excedentes produzidos na região eram levados para os países hegemônicos; heterogeneidade tecnológica; necessidade de intervenção do Estado, para solucionar os problemas de realização do progresso tecnológico; entre outros (MARINI, 2008).

Vânia Bambirra possui proposições similares a dos dois autores anteriores. A Segunda Guerra Mundial possibilitou que os Estados Unidos conseguissem desenvolver determinadas características, que fizeram com que o país fosse capaz de impor sua dominação ao resto do mundo. Desta forma, o capital estrangeiro conseguiu se enraizar na economia latino americana (BAMBIRRA, 1999).

Como conseqüência, essa penetração trouxe: a absorção de empresas nacionais por multinacionais; o domínio do capital estrangeiro sobre as novas indústrias periféricas; a monopolização e centralização das economias locais; a desnacionalização da propriedade privada; um acordo entre as novas burguesias industriais e a oligarquia existente, evitando a reforma nas estruturas agrárias; desenvolvimento da indústria voltado prioritariamente para o mercado urbano, gerando uma impossibilidade de expansão da mesma; o acirramento das contradições da concentração de poder político e econômico de determinadas classes (BAMBIRRA, 1999).

A cooperação do Estado era essencial para que o capital estrangeiro fosse capaz de desenvolver as indústrias na América Latina. Ele tinha o papel de limitar o crédito à pequenas indústrias, possibilitar a restrição de salários, e atender as necessidades, em geral, do capital. Isso acabou levando a um abandono das camadas médias e mais baixas da população, e gerando uma contradição enorme na região. Apesar de estar voltado para os interesses do

capital, o Estado não poderia abandonar sua função social, pois a satisfação das classes dominadas leva a uma estabilidade e funcionamento adequado do capitalismo (BAMBIRRA, 1999).

Contudo, este processo de monopolização e centralização não se limita apenas ao mercado, podendo ser encontrado em todas as camadas da sociedade. Ele está presente em todos os mecanismos de controle, de formação cultural e de opinião pública, e até mesmo, em ideologias e partidos políticos. Assim, é preciso notar que o “atraso” da América Latina é produto do desenvolvimento do capitalismo mundial e das grandes potências (BAMBIRRA, 1999).

Sendo assim, não existe um modelo de desenvolvimento, que a América Latina deva seguir, para atingir o nível dos países centrais. Na verdade, um desenvolvimento capitalista autônomo não seria possível na região, pois a dependência traz consigo contradições inescapáveis, que o impedem (BAMBIRRA, 1978).

O capitalismo dependente entra em um ciclo vicioso e é capaz de se reproduzir, agravando cada vez mais esta dependência. Assim a única forma de sair desta situação e buscar um desenvolvimento autônomo é romper com o sistema. Pois, enquanto a América Latina estiver presa a ele, ela nunca será capaz de alcançar alternativas (BAMBIRRA, 1999; SANTOS, 1998; MARINI, 2008).

Com isso em mente, é preciso repensar a ideia de Estados Falidos, pois é possível afirmar que eles não seriam falidos, mas sim Estados funcionais, na medida em que precisam assumir a forma que possuem, para atender as necessidades dos países hegemônicos. Ou seja, os Estados na periferia são do jeito que são e foram construídos desta forma, para que o capitalismo pudesse funcionar no Norte global, além de atender a necessidade do capital. E a sua permanência na dependência é essencial para que o capitalismo continue operando adequadamente no Norte.

É perceptível que qualquer Estado pode se enquadrar nos atributos que caracterizam os Estados Falidos, dependendo do interesse daquele que aplica a teoria. A maioria dos países periféricos se encontra nas posições mais baixas de índices como o *Fragile States Index* do *Fund for Peace*, enquanto os países do centro são sempre os mais bem posicionados.

Outro aspecto importante é que a determinação de um Estado falido se apoia em conceitos que são extremamente ambíguos (SANÍN, 2011), como o de democracia e bens políticos, entre outros. Isto acarreta um sério problema, pois novamente, estes elementos são tratados com base em experiências do Norte global. Além disso, definir de fato estes conceitos é muito complexo, pois democracia pode significar coisas diferentes para autores distintos, assim como a concepção de bens políticos.

Outro indicador extremamente frágil é o de corrupção. Este elemento apresenta grandes dificuldades de medição, pois, práticas de corrupção são ocultas, fazendo com que o indicador seja contabilizado de maneira indireta, muitas vezes através de percepção. Isto torna corrupção um indicador excepcionalmente difícil de ser trabalhado (ABRAMO, 2005).

É preciso notar ainda, que a maior parte dos problemas que caracterizam Estados Falidos, como taxas de desemprego, um Estado que não consegue prover serviços públicos, alto índice de migração, entre outros, foram problemas trazidos pela inserção dependente ao sistema capitalista internacional. Deste modo, parece então que a teoria de Estados Falidos é mais uma crítica à inabilidade da periferia de se adequar aos parâmetros estabelecidos pelo centro do que deveria ser um Estado ideal. O Sul torna-se então culpado de não ser capaz de solucionar os problemas impostos a ele.

A sociedade liberal foi capaz de se estabelecer como a única possibilidade real para o globo (LANDER, 2000). Isto faz com que países da periferia, que inicialmente se estruturaram com base no capitalismo expansionista das grandes metrópoles, permaneçam em uma busca frenética para tentar chegar ao mesmo nível das grandes potências, sem nunca conseguir atingir o alvo, como tratado pelos autores dependentistas, abordados neste trabalho.

Na medida em que os Estados do Sul se preocuparam em atender somente as necessidades das grandes empresas multinacionais, a situação de dependência foi se agravando. Adicionado a isso, como tratado pelos autores do Capítulo 3, qualquer tentativa de desenvolvimento autônomo seria prontamente sufocada pelo capital internacional. Os países hegemônicos precisam que periferia permaneça em sua situação de submissão e dependência, nesse sentido, a teoria de Estados Falidos é só mais um instrumento de dominação.

Desta forma, com base nas teorias tratadas neste trabalho, é possível notar que a teoria de Estados Falidos é altamente baseada em uma concepção liberal de Estado. No entanto, este liberalismo nasceu e se desenvolveu no centro, assumindo uma forma distinta na periferia.

Conclui-se então que a teoria de Estados Falidos é no mínimo questionável, pois ela seria falha na explicação da realidade periférica. Portanto, existem outras teorias, que poderiam contribuir melhor para a compreensão da situação da região, como a teoria da dependência. Elas são mais adequadas, pois levam em consideração a trajetória da periferia, assim como sua posição no sistema internacional.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, CLÁUDIO WEBER (2005). Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 73, p. 33-37, Novembro.

BAMBIRRA, VÂNIA (1978). *Teoría de la Dependencia: una anticrítica*. México. Ediciones Era

_____. (1999). *El Capitalismo Dependiente Latinoamericano*. México. Siglo XXI Editores.

BORGES, MARÍLIA ANGÉLICA (2017). Prefácio à Edição Brasileira – Lênin: unidade e coerência do pensar e agir. *In: LÊNIN, VLADÍMIR I. (2017). O Estado e a Revolução*. São Paulo: Boitempo.

BUZAN, BARRY (1983). *People, States and Fear: The National Security Problem in the International Relations*. Wheatsheaf Books.

CARVALHO, LUIZ CARLOS TAVARES DE (2007) Estados Falidos, Instituições Internas e Internacionais: Avanços ou Retrocessos? Niterói. Tese (Mestrado) UFF.

CHAPAUX, VINCENT (2009). *Imposición de un Modelo Universal del Estado Exitoso? Estudio de la noción de Estado Fallido*. Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo, Mérida, vol. 4, n° 7, p.117-144, janeiro-junho.

ENGELS, FRIEDRICH [1894] (1984) A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ERIKSEN, STEIN (2011). 'State failure' in theory and practice: The idea of the state and the contradictions of state formation. *Review of International Studies*. Vol 37. n 1, p 229 – 247.

Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/231752606_'State_failure'_in_theory_and_practice_The_idea_of_the_state_and_the_contradictions_of_state_formation último acesso em 10 de janeiro de 2018

EVANS, PETER (1995). *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton University Press. Princeton

_____. (2007). *Estado Como Problema y Solucion*. In: Lecturas sobre el Estado y las políticas públicas: Retomando el debate de ayer para fortalecer el actual. Proyecto de Modernización del Estado Jefatura de Gabinete de Ministros de la Nación. Buenos Aires. p. 17-54.

FERNANDES, A. S. A (2002). *Path dependency* e os estudos históricos comparados. BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 53, p. 79-102.

FRAGILE STATES INDEX (2018). Disponível em: <<http://fundforpeace.org/fsi/2018/04/24/fragile-states-index-2018-annual-report>> último acesso em 2 de janeiro de 2019

GELLNER, ERNEST (2001). *Naciones y nacionalismo*. Madrid: Alianza Editorial.

GLOBAL PEACE INDEX (2018). Disponível em: <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2018/06/Global-Peace-Index-2018-2.pdf> último acesso em: 6 de janeiro de 2019.

GOLDSTONE, JACK A (2008). *'Pathways to State Failure'*. Conflict Management and Peace Science, Vol 25. n 4, p. 285 — 296

GOMES, AUREO DE TOLEDO (2011) Questionando o fracasso estatal: um balanço da literatura crítica. BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n°71, p.69-94.

GOMES, AUREO DE TOLEDO (2012). O Colapso e a Reconstrução: uma análise do discurso sobre Estados Falidos e Reconstrução de Estados. São Paulo. Tese (Doutorado). USP.

GROS, JEAN-GERMAIN (1996). *Towards a taxonomy of failed states in the New World Order: decaying Somalia, Liberia, Rwanda and Haiti*. Third World Quarterly, Vol. 17, n. 3, p. 455-471.

HOBBS, THOMAS (2008). *Leviatã: a matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes.

HOLSTI, KALEVI J. (1996). *The State, War, and the State of War*. Cambridge: Cambridge University Press.

HUMAN DEVELOPMENT INDEX (2018). Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>> último acesso em: 4 de janeiro de 2019.

INDEX OF STATE WEAKNESS IN THE DEVELOPING WORLD (2008). Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/02_weak_states_index.pdf> último acesso em 4 de janeiro de 2019.

JACKSON, ROBERT H. (1998) *Surrogate Sovereignty? Great Power Responsibility and "Failed States"*. The University of British Columbia, Institute of International Relations Working Paper No. 25, November.

JESSOP, BOB (2009). O Estado, o Poder, o Socialismo de Poulantzas como um Clássico Moderno. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/28737>> último acesso em 20/05/2019

KALDOR, MARY [1999] (2012). *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. Oxford: Polity Press.

LANDER, EDGARDO (coord.) (2000). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.

LASLETT, PETER (1998). Introdução *In: LOCKE, J. Dois tratados sobre o governo*. Trad. J.Fischer. São Paulo: Martins Fontes.

LÊNIN, VLADÍMIR I. (2017). *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Boitempo.

LOCKE, JOHN (1998). *Dois tratados sobre o governo*. Trad. J.Fischer. São Paulo: Martins Fontes.

MALISKA, MARCOS AUGUSTO (2006). Max Weber e o Estado Racional Moderno. *Revista Eletrônica do CEJUR*, v. 1, n. 1, ago./dez.

MANN, Michael (1984). *The Autonomous Power of the State: Its Origins, Mechanisms and Results*. *European Journal of Sociology*, Vol. 25, n. 2, p. 185-213, novembro.

MARINI, RUY MAURO (1971). *Subdesarrollo y revolución*, Siglo XXI Editores. México.

- _____. (2008) *América Latina, Dependencia y Globalización*. MARTINS, CARLOS EDUARDO (org.). CLACSO y Siglo del Hombre Editores. Bogotá
- MATTOS, L. V. DE (2008). Rumo a uma sociedade melhor: uma análise da agenda de reformas econômicas de J. S. Mill. São Paulo: Estudos Econômicos. vol.38 n.2.
- MESSARI, NIZAR (2004). Construção de Estados, Por que Não Funciona e como Fazê-la Funcionar? Contexto Internacional, Rio de Janeiro, Vol 26, n. 2, julho/dezembro.
- MILL, JOHN STUART (1942). Sobre a Liberdade. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____. (1981). Considerações Sobre o Governo Representativo. Brasília: UnB.
- NEWMAN, EDWARD (2009). *Failed States and International Order: Constructing a Post-Westphalian World*. Contemporary Security Policy, Vol 30, n 3, p.421-443.
- POULANTZAS, NICOS (1980). O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- QUIJANO, ANÍBAL (2010). "Colonialidade do poder e classificação social". In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez.
- RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom; MIAL, Hugh (2005). *Contemporary Conflict Resolution*. Oxford: Polity Press
- ROTBURG, ROBERT I. (2002). *The New Nature of Nation-State Failure*. The Washington Quarterly, Vol.25, N. 3, p 85-96.
- _____ (2003). *Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators*. p. 1-25. In: Robert Rotberg. *State Failure and State Weakness in a Time of Terror*. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/statefailureandstateweaknessinatimeofterror.pdf>> Último acesso em 10 de dezembro de 2018.
- _____ (2004). *The Failure and the Collapse os Nation-States: Breakdown, Prevention and Repair*. In: ROTBERG, ROBERT I (org.). *When States Fail Causes and Consequences*. Princeton. Princeton University Press.

SANÍN, FRANCISCO GUTIERREZ (2011). “Evaluating State performance: a critical view of State Failure and fragility indexes”. *European Journal of Development Research*, Vol. 23, n. 1, p. 20-42, Dezembro.

SANTOS, THEOTÔNIO DOS (1968). *El Nuevo Carácter de la Dependencia*. Disponível em: < http://repositorio.iep.org.pe/bitstream/IEP/1042/1/Dos%20Santos_Nuevo-caracter-dependencia.pdf> Último acesso em: 20/05/2019

_____. (1970). *The Structure of dependence. The American Economic Review*, vol. 60, n 2. Disponível em: <<http://digamo.free.fr/dosantos70.pdf>> Último acesso em 17/06/2019.

_____. (1998). *Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas*. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2777175/mod_resource/content/1/Theot%C3%B4nio%20dos%20Santos%20-%20A%20teoria%20da%20depend%C3%Aancia%20-%20Balan%C3%A7os%20e%20perspectivas.pdf> Último acesso em: 20/05/2019

SILVA, MARIO (2012). *Failed and Failing States: Causes and Conditions*. Galway. Tese (Doutorado). National University of Ireland Galway. Disponível em: <<https://aran.library.nuigalway.ie/bitstream/handle/10379/3050/Failed%20and%20Failing%20States%20Causes%20and%20Conditions%20-%20by%20Mario%20Silva%20NUI%20Galway%20%20June%2011%202012.pdf?sequence=1>> Último acesso em 10 de janeiro de 2019

SKOCPOL, THEDA (2007). *El Estado regresa al primer plano: Estrategias de análisis en la investigación actual*. In: *Lecturas sobre el Estado y las políticas públicas: Retomando el debate de ayer para fortalecer el actual*. Buenos Aires: Proyecto de Modernización del Estado Jefatura de Gabinete de Ministros de la Nación, p. 169-202.

TILLY, CHARLES (1996). *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

TOCQUEVILLE, ALEXIS DE (2005). *A Democracia na América Leis e Costumes*. São Paulo: Martins Fontes.

VANNONI, MATIA (2012). *State failure and how to measure it*. Effectius Newsletter, Vol 17. Disponível em: <http://effectius.com/yahoo_site_admin/assets/docs/Matia_Vannoni_State_failure.7184205.pdf> Último acesso em 8 de janeiro de 2019.

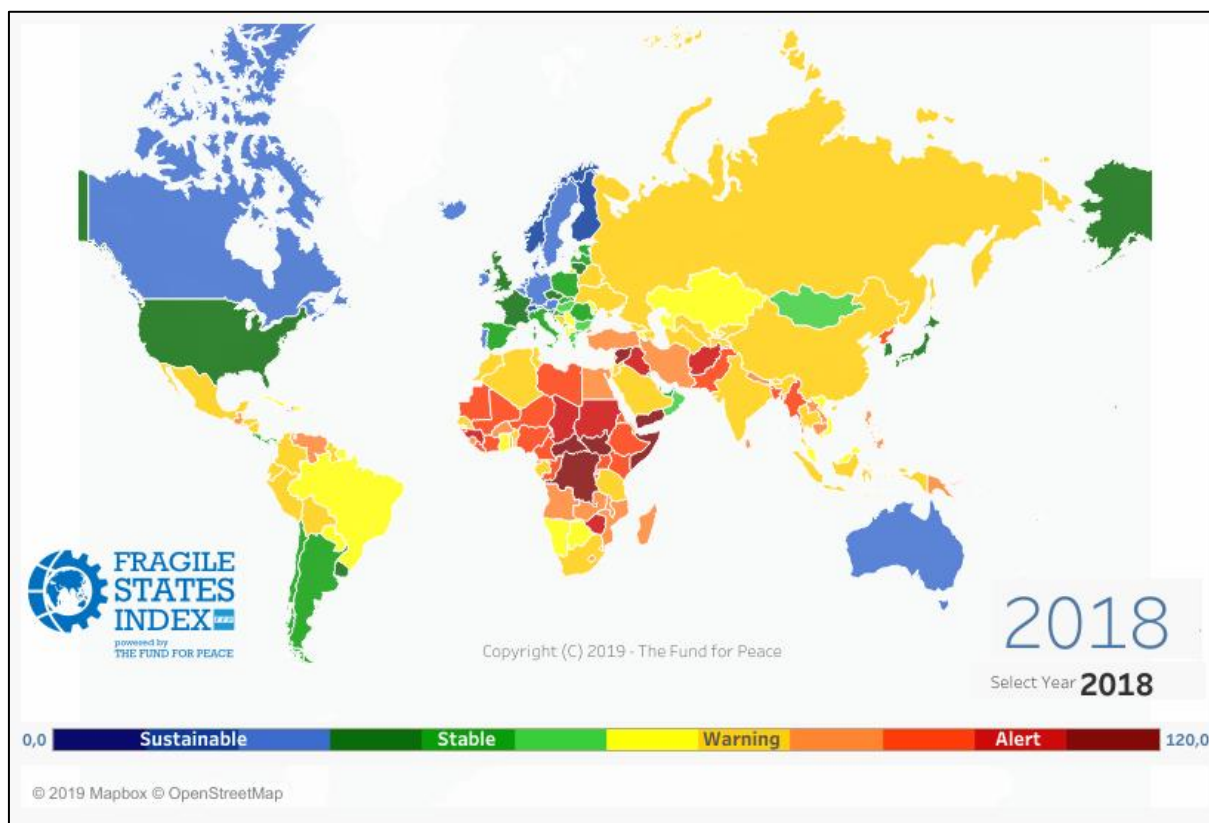
WEBER, MAX (1918). A Política como vocação. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/09.08.Weber,A_politica.pdf> último acesso em 04/06/2019.

_____. (1978) *Economy and Society*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

WEINSTEIN *et al* (2004). *On the Brink, Weak States and US National Security*. Relatório. Center for Global Development

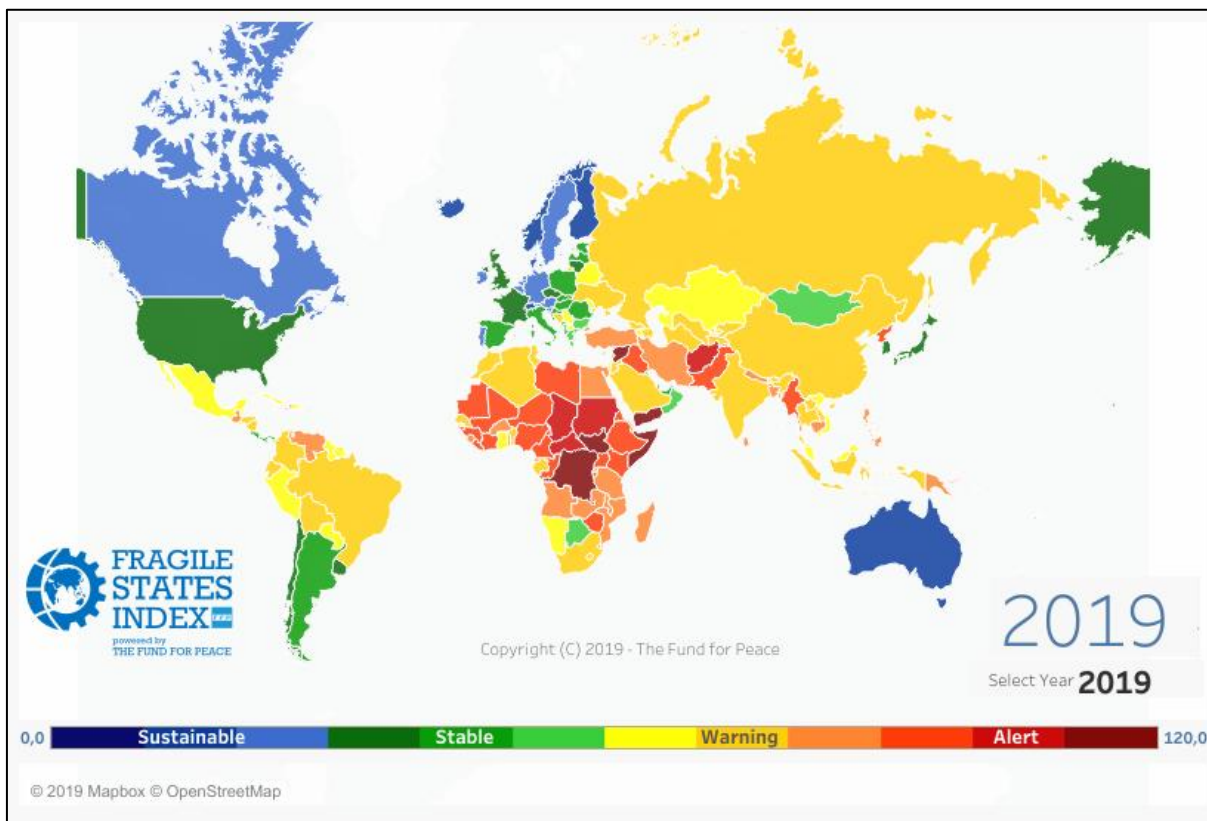
WOOD, ELLEN MEIKSINS (2011). *Democracia Contra Capitalismo a Renovação do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo.

Anexo I - Mapa de Calor de Fragilidade Estatal 2018



Fonte: Fragile States Index 2018 <https://fragilestatesindex.org/analytics/fsi-heat-map/>

Anexo II – Mapa de Calor de Fragilidade Estatal 2019



Fonte: Fragile States Index 2019 <https://fragilestatesindex.org/analytics/fsi-heat-map/>